

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E LETRAS
CURSO DE JORNALISMO**

RITHA DE CÁSSIA GANTUS CONTARELLI

**MULHERES DA VIDA... OU SIMPLEMENTE MULHERES?
A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA FIGURA DA PROSTITUTA PELO
JORNALISMO**

**SÃO PAULO
2º SEMESTRE DE 2020**

RITHA DE CÁSSIA GANTUS CONTARELLI

**MULHERES DA VIDA... OU SIMPLEMENTE MULHERES?
A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA FIGURA DA PROSTITUTA PELO
JORNALISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro de Comunicação e
Letras da Universidade Presbiteriana
Mackenzie para obtenção do título de
Bacharel em Jornalismo, sob orientação da
Professora Doutora Mirtes de Moraes.

SÃO PAULO
2º SEMESTRE DE 2020

Este Trabalho de Conclusão de Curso não reflete a opinião da Universidade
Presbiteriana Mackenzie. Seu conteúdo e abordagem são de total responsabilidade de
seu autor.

AGRADECIMENTOS

Dedico especial agradecimento aos meus pais, irmão e avó, que sempre apoiaram minhas escolhas e me ofereceram o amparo necessário em momentos de dificuldade para que eu dispusesse de coragem para concluir esta importante etapa da minha vida.

À Maya, minha pequena, que esteve comigo durante a maior parte desta etapa de conclusão de curso e, mesmo sem consciência disso, me incentivou a realizar este trabalho e me impulsionou para não interromper a graduação por conta dos obstáculos da gestação. Você me fez ser uma pessoa mais corajosa.

À professora Mirtes de Moraes, orientadora e importante incentivadora ao se tratar da escolha do tema desta monografia. Obrigada por – durante todo o curso de Jornalismo – me atentar para a pertinência de diversos temas presentes em nossas vidas.

Ao professor Hugo Harris, que me acompanhou e demonstrou preocupação ao longo do meu período gestacional, sempre se disponibilizando para me atender e proporcionando alternativas para que eu melhorasse meu desempenho na graduação.

Gostaria também de deixar registrado os meus mais sinceros agradecimentos a cada professor que participou e colaborou para a minha formação universitária. Este trabalho é fruto do incentivo de todos vocês. Obrigada.

“Somos contra as teses de direita, que dizem que a prostituta é um mal necessário, e contra as de esquerda, que afirmam que prostituta é resultado da sociedade capitalista, passível, portanto, de recuperação pela sociedade ideal [...]. Não somos vítimas [...], temos que lutar por nossos direitos, nosso espaço, e não continuarmos marginalizadas”.

Gabriela Leite

RESUMO

A prostituição, que, por muitos, é reputada como a *profissão mais antiga do mundo*, passou e ainda passa por mudanças significativas em relação à conquista dos direitos das profissionais do sexo e à ressignificação do imaginário social, que foi sendo construído ao longo dos séculos e é envolto de forte preconceito e imensuráveis estereótipos. Esta pesquisa, então, pretende dedicar ao tema *prostituição* um olhar livre desses julgamentos, indicando momentos históricos decisivos para a construção da imagem da prostituta, assim como busca apontar obras literárias, abordar a questão das profissionais do sexo em um contexto atual e analisar a evolução dos movimentos sociais e a repercussão dessas questões na mídia brasileira. Para isso, o trabalho contou com volumoso estudo teórico de artigos e livros que tratam dos tópicos mencionados, e as conclusões se baseiam, principalmente, no resultado de tais leituras, pareceres e opiniões de autores distintos.

Palavras-chave: prostituição; estereótipos; profissionais do sexo; movimento feminista; mídia; jornalismo.

ABSTRACT

Prostitution, which, by many, is regarded as *the oldest profession in the world*, has undergone and still undergoes significant changes in relation to the achievement of the rights of sex workers, as well as in relation to the resignification of the social imaginary, which was being built over the centuries and is surrounded by strong prejudice and immeasurable stereotypes. This research, then, intends to dedicate to the topic *prostitution* a free look at these judgments, indicating decisive historical moments for the construction of the prostitute's image, as well as seeking to point out literary works and address the issue of sex workers in a current context, the evolution of social movements and the repercussion of these issues in the Brazilian media. For that, the work had a voluminous theoretical study in articles and books that deal with the mentioned topics, and the conclusions are based, mainly, on the result of such readings, opinions and opinions of different authors.

Keywords: prostitution; stereotypes; sex workers; feminist movement; media; journalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. PANORAMA HISTÓRICO	12
1.1. A prostituição como a ‘profissão mais antiga do mundo’.....	12
1.2. A profissão envolvida por preconceitos e estereótipos.....	16
1.3. A prostituição sob o parecer médico e introdução à questão do uso de substâncias ilícitas	21
2. OUTROS OLHARES SOBRE A PROSTITUIÇÃO	26
2.1. Reflexos da prostituição na literatura.....	26
2.2. A estigmatização da prostituição pela mídia brasileira.....	31
2.3. Mudanças no panorama histórico e no imaginário social.....	37
3. A PROSTITUIÇÃO COMO UMA QUESTÃO DA ATUALIDADE	39
3.1. Os movimentos sociais e suas consequências na luta pelos direitos das prostitutas...39	
3.2. Prostituição é trabalho?.....	41
3.3. A prostituição em tempos de pandemia: como a COVID-19 intercedeu nas relações das profissionais do sexo.....	48
3.4. Ações sociais e auxílios dedicados à prostituição para proteção do novo coronavírus.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60

INTRODUÇÃO

Em 2016, uma relevante discussão foi pautada, resultando em uma polêmica que introduziu a oposição de diferentes posicionamentos acadêmicos. O debate em questão tratava-se da aceitação de uma profissão em um país onde a prática é legal e reconhecida pelo Ministério do Trabalho desde 2002, mas em que, segundo o Art. 230 do Código Penal (Decreto Lei nº 2.848), caracteriza os bordéis e casas de prostituição espalhadas por todo o Brasil como crime de *rufianismo* (exploração sexual com o intuito de gerar lucro) e que, somado a uma multa, pode ser castigado em até quatro anos de prisão.

Com isso em mente, antes de olhar para a realidade da prostituição, deve-se entender qual a troca de serviços presente neste cenário. De acordo com uma pesquisa feita pelo portal *AzMina*, em matéria publicada em março de 2017 por Nana Queiroz, quase todos os “compradores” – ou seja, os clientes – de prostituição são do sexo masculino. Ainda na mesma investigação, a motivação desses homens (95,8%) é, em sua maioria, a “praticidade e falta de compromisso”, ou seja, a mulher predominantemente vista como objeto e mercadoria.

Segundo reportagem feita pela BBC Brasil (FERNANDES, 2012, online), que coletou dados de um estudo da fundação francesa Scelles, mais de 40 milhões de pessoas no mundo escolhem ou acabam por seguir o caminho da prostituição, sendo a grande maioria, cerca de 85%, mulheres e, destas, 75% com idades entre 13 e 25 anos.

Desta forma, vale destacar que, conforme informações fornecidas pelo *QG Feminista Medium*, em dezembro de 2018, por meio depoimentos de mulheres que atuam nesse âmbito, até um terço (33%) das prostitutas estavam sob custódia de autoridades locais quando crianças. Cerca de 50% foram iniciadas na profissão antes mesmo de alcançarem a maioridade penal brasileira, dezoito anos, ou quando eram sem-teto. Além disso, aproximadamente metade (50%) foi coagida por alguém e cerca de três quartos (72%) foram abusadas sexualmente durante a infância.

Vale também ressaltar que, na maioria das vezes, as mulheres não abandonam a prostituição por causa da ausência de outras alternativas factíveis. Tal fato é evidenciado pelo estudo “*Breaking down the barriers: A study of how women exit prostitution*” (BINDEL, 2012), projeto realizado em conjunto pela London South Bank University (LSBU) e pela Eaves – organização britânica que visa a ajudar mulheres vítimas de

violência – , o qual afirma que fatores como: a dependência de drogas ou álcool, estar sendo coagida, com dívidas e até mesmo possuir antecedentes criminais – condição que interfere diretamente na busca de possíveis alternativas para escapar da prostituição – estão entre as causas mais comuns para que as mulheres permaneçam na profissão.

O uso de entorpecentes e substâncias psicoativas na prostituição é uma ocorrência intrínseca que sofre interferências de diferentes fatores, como, por exemplo, o incentivo por parte de pessoas próximas à vítima, clientes, proprietários dos estabelecimentos ou traficantes. Segundos dados já citados (BINDEL, 2012), há, na maioria das vezes, um responsável por trás da mulher ou menina que está se prostituindo. Essa situação, no entanto, evidencia e potencializa as vulnerabilidades das prostitutas às situações de violências, a IST's (Infecções Sexualmente Transmissíveis) e a outros diversos fatores a que são expostas e que serão mais bem explorados ao longo do trabalho.

O objetivo desta monografia é lançar um olhar mais transparente e livre de julgamentos sobre a prostituição, por meio da análise bibliográfica sobre o tema. Ao observar uma lacuna existente na exploração acadêmica e midiática se tratando da posição explorada da mulher na sociedade, o assunto torna-se de extrema relevância para o jornalismo. Afinal, em um país onde os direitos femininos têm ganhado cada vez mais visibilidade na mídia, os veículos jornalísticos ainda tendem a conservar o pensamento de julgamento do corpo da mulher apenas como mercadoria e reproduzir tal concepção de forma frequente no discurso midiático?

Pensando nisso, notou-se a viabilidade de elaborar um projeto de pesquisa e de investigação com ênfase na realidade da prostituição e do uso de drogas na cidade de São Paulo, assim como na evolução dos movimentos sociais e na garantia dos direitos trabalhistas por mulheres que exercem a atividade da prostituição. Como futura formadora de opinião e contadora de histórias reais, é meu dever atrair a atenção para as vozes escondidas por trás do estereótipo do “dinheiro fácil”.

Para cumprir com o objetivo mencionado, esta pesquisa apresentou os temas que circulam no universo da prostituição, sob a perspectiva de um amplo estudo teórico. Assim, o referencial é dividido em três capítulos – cada um deles com seus respectivos subcapítulos – que explicam o assunto sob os seguintes aspectos: “Panorama histórico”, que trata de tópicos como a sabedoria popular de que a prostituição é a *‘profissão mais*

antiga do mundo' e, desta forma, pode-se acompanhar uma série de preconceitos e estereótipos que ainda têm seus reflexos na sociedade atual, assim como o parecer médico dos séculos passados e uma introdução à questão das drogas, delineando formas de comportamentos “ideais” em diferentes contextos históricos e civilizações. Como tema do segundo capítulo, esta monografia trata de outros olhares sobre a prostituição, abordando, em especial, alguns trabalhos literários brasileiros publicados ao longo do século XIX, assim como os retratos da profissão na mídia, nos grandes veículos midiáticos e nas redes sociais.

A partir disso, expõe-se a maneira como essas divulgações afetaram diretamente o imaginário social em relação à posição da mulher. Por último, se fez necessário abordar também a questão da prostituição no contexto da atualidade, tratando do assunto a partir das primeiras mudanças acerca do tema, dos movimentos sociais e suas consequências na luta pelos direitos das prostitutas, da prostituição como forma de trabalho e, por fim, das dificuldades enfrentadas pelas profissionais do sexo em tempos da pandemia do novo coronavírus.

Como referencial teórico da monografia, foi utilizado como base os seguintes trabalhos: “Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo” (1991), de Luzia Margareth Rago; “História da Prostituição da Antiguidade aos Dias Atuais” (2018), de Ana Claudia Figueiredo Rebolho e Paulo Rennes Marçal Ribeiro; “Perigos e Prazeres: discursos sobre a prostituição na literatura oitocentista do Rio de Janeiro” (2016), de Karine de Medeiros Ribeiro; “A Prostituição no Brasil Contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?” (2009), de Marlene Teixeira Rodrigues e, por último, “Prostituição e a Liberdade do Corpo” (2005), de Elisiane Pasini.

As obras mencionadas, além de tratar da questão da prostituição como um todo, abordam a posição e imagem de tais mulheres na sociedade, o turismo sexual, a objetificação da figura feminina, a indústria do sexo e também a utilização de substâncias ilícitas por profissionais do sexo como tópicos essenciais para o entendimento do tema.

1. PANORAMA HISTÓRICO

1.1. A prostituição como a “profissão mais antiga do mundo”

Antes de se discutir a influência provocada pela presença das profissionais do sexo na comunidade e no imaginário social e, posteriormente, traçar um paralelo com o modo a partir do qual a literatura e as mídias abordam o tema, se faz necessário perceber a origem e as raízes dos estereótipos que cercam a prostituição num contexto mais amplo. Este capítulo, além de uma extensa pesquisa cronológica sobre o tema, propõe indicar dados e contextos históricos que ilustrem os rumos da profissão ao longo dos séculos.

O contexto que deu origem à *sabedoria popular* de que a prostituição é a “profissão mais antiga do mundo” é certamente longo e vasto. Entre as primeiras manifestações históricas e literárias que se referem ao termo, está o conto “*On the City Wall*”, datada de 1888 e escrita pelo inglês Rudyard Kipling. A obra conta a história de Lalun, uma talentosa cortesã ou, segundo o autor, “membro da profissão mais antiga do mundo” (KIPLING, 1888). Contudo, é de importante destaque que a presença dessas mulheres na sociedade já era relatada em registros anteriores e a interpretação do verbo *prostituir(se)* como sinônimo de ‘venda e comércio do próprio corpo’ deve ser estudada mais a fundo a partir da etimologia da palavra.

Em concordância ao dicionário Houaiss (2001), a palavra *prostituir* vem do verbo latino *prostituere* (“pro” + “statuere”), que significa oferecer-se sexualmente por dinheiro, degradar (se) e/ou corromper (se). Inicialmente, a conotação do termo era destinada ao ato de “expor (se) publicamente”, não necessariamente relacionado à exposição do corpo como mercadoria. Entretanto, com o tempo, a expressão sofreu adaptações e obteve sentido sexual, que, conseqüentemente, veio acompanhado de diversas implicações moralistas, religiosas e sociais.

A prostituição é um dos objetos que ao longo da história ganhou muito destaque em diversos momentos devido a sua participação em diversas atmosferas da sociedade, o religioso, o social, o jurídico, o médico, o imaginário, o carnal e o afetivo. Desde o imaginário de ser considerada ‘**profissão mais antiga do mundo**’ a era virtual esse objeto sempre recebeu certa atenção dos diversos tipos de poderes (MANAIA, 2011, p. 1).

A afirmação evidenciada durante o Congresso Internacional de História de 2011 por Manaia (2011) reflete um dos inúmeros estigmas que acompanha a prostituição. Entretanto, apesar desse fenômeno social não fazer jus à denominação de mais primitivo

ofício, há um número incalculável de registros históricos – datados de diferentes épocas e traços culturais – em que o ato é percebido como o uso do corpo como mercadoria.

Segundo Mota (2008), a concepção de prostituição é sinalizada pela prestação remunerada de serviços sexuais e, com o passar dos séculos e surgimento de diferentes civilizações, tem sido “inserida em diversos tópicos de discussão, tais como, a degradação social, a saúde pública, os comportamentos de risco, a tóxico-dependência, a exploração sexual, o tráfico de mulheres e crianças” (MOTA, 2008, p. 13). Tal afirmação corrobora com o conceito apresentado por Rago (1991), que considera a prostituição “saturada de conotações extremamente moralistas” (RAGO, 1991, p. 23), o que a associa a imagens negativas e temáticas rejeitadas pela sociedade num geral, justificando o desejo de censura por parte das autoridades.

Contudo, o retrato construído das prostitutas como são percebidas na atualidade nem sempre foi assim e houve um tempo em que a profissão era tida como uma atribuição “sagrada”. De acordo com Rebolho e Ribeiro (2018), o Período Primitivo foi marcado pela integração das prostitutas como membros absolutos da comunidade e, como mencionado, pela adoração religiosa a essas mulheres.

As meretrizes, termo empregado por Pereira (2012), já foram admiradas pela inteligência e cultura, e também associadas a deusas, pois manter relações sexuais com elas era condição primária para adquirirem maior poder e respeito junto à população masculina da época. (REBOLHO; RIBEIRO, 2018, p. 7)

Essa significação positiva concedida às profissionais do sexo perdurou, segundo Qualls-Coberbett (2012), por muitos séculos, diferentes civilizações e períodos históricos. Entretanto, mesmo mantendo seu papel de grande destaque na sociedade, a prostituta – que antes era dona de caráter sagrado – passou a ter sua reputação associada ao indecente e quase sempre sendo condenada moralmente por seus atos. Tal estigma se mantém presente nas sociedades contemporâneas e recebeu forte influência do surgimento do patriarcalismo, conceito consolidado durante a Roma Antiga e que se tornou a base da formação estrutural que centraliza o homem como responsável pela família, enquanto a mulher assume um papel secundário, fato diretamente ligado à atual imagem feminina e sua função social, familiar e profissional.

Esta afirmação é mais bem elaborada por Roberts (1998) que, em seus estudos sobre a história da prostituição, julga a preocupação com a prole como a grande culpada

pela submissão da mulher – assunto que será abordado mais a fundo no decorrer do trabalho. Para o autor, enquanto os homens ainda eram inscientes de suas atribuições como procriadores e, conseqüentemente, despreocupados com a paternidade, a sexualidade feminina não era condenada.

A questão da moralidade, por sua vez, é uma temática analisada também por Vrissimtzis (2002). De acordo com o autor, que observa o conceito como algo instável, “a moralidade é afetada por vários e diferentes fatores e, muitas vezes, passa por mudanças radicais: o que hoje se considera imoral pode em outra época ter sido considerado correto e vice-versa” (VRISSIMTZIS, 2002, p. 18). Tal afirmação pode ser exemplificada pela visão dos gregos acerca do amor e do sexo.

Longe do que prega a religião cristã, que, baseada no conceito de culpabilidade, observa o corpo humano como uma espécie de “fonte de tentações”, vinculando diretamente as relações sexuais ao casamento ou à ideia de “pecado original”, o culto grego baseava-se na apreciação do amor e do sexo como um fragmento essencial da natureza e, conseqüentemente, considerando a adoração do corpo humano um valor absoluto, assim como foi evidenciado por Vrissimtzis em seus estudos sobre a prostituição na Grécia Antiga.

[...] a sexualidade era muito mais abrangente que hoje em dia, pois não estava baseada apenas em associações ideológicas e filosóficas, mas também na religiosidade, uma vez que através do emprego de atos e símbolos-sexuais, assegurava-se e promovia-se a fertilidade da terra e da mulher (VRISSIMTZIS, 2002, p. 18).

Ainda de acordo com o autor, corroborando com Rebolho (2007), durante a civilização grega, as prostitutas eram donas de títulos de certa forma irrelevantes e negligenciados pelas classes mais altas. Estas eram escravas ou ex-escravas, mulheres livres imigrantes, ou ainda, jovens abandonadas pela família e que, sem assistência, acabavam sob a responsabilidade de um gigolô, que aproveitava do silêncio e da pouca visibilidade dessas mulheres para explorá-las desde muito novas, como ainda ocorre na atualidade.

Esse estigma, que conduz os estereótipos em torno da prostituição até os dias de hoje, foi ainda mais evidenciado, conforme estudado por Pozzer (2003), pelos sacerdotes hebreus, que julgavam responsabilidade dos homens controlar e domar a sexualidade feminina, uma vez que qualquer mulher que não pudesse ser tida como virgem ou casada

deveria ser associada à “raiz de todo mal”, expressão empregada pelo próprio autor. Essa segmentação do sexo feminino, reforçado por características como a condição social e econômica dessas mulheres, fez com que milhares de jovens vissem na prostituição a única saída para seus problemas. Fato que ficou ainda mais evidente, como já mencionado anteriormente, com a consolidação do cristianismo, representado pela Igreja Católica na Europa Ocidental durante a Idade Média.

De acordo com Figueiró (2010), o estabelecimento da religião cristã – como ‘fio-condutor’ dos vínculos sociais e morais – veio acompanhada de um elo entre as relações sexuais e a instituição do casamento, resultando no conceito de fidelidade conjugal, o que na verdade só era exigido do sexo feminino, uma vez que era socialmente admitido que homens mantivessem relações extraconjugais com o propósito de “satisfazer seus desejos pessoais”, assim como foi evidenciado por Rebolho e Ribeiro (2018).

A Igreja Católica criou condutas rígidas para as mulheres, buscando garantir a manutenção das virtudes femininas, como a virgindade. A prostituição era tolerada, com certas ressalvas, como o objetivo de evitar casos de estupro. O sexo pago era uma solução para a libido masculina. (REBOLHO; RIBEIRO, 2018, p. 9)

Rago (1991) também aponta a relevância da presença da prostituta no íntimo das relações conjugais. A autora destaca que, ao estimar a *privatização do sexo* – termo utilizado por Rago e que faz referência às relações monogâmicas –, a prostituição passa a “instaurar formas coletivas e diferenciadas de circulação dos fluxos desejantes” (RAGO, 1991, p. 25).

Prostituir-se é ser de todos e de ninguém exclusivamente. Deste modo, o espaço da prostituição possibilita uma nova ‘respiração’ das coisas e pessoas, diz o sociólogo, necessária para o equilíbrio da sociedade (RAGO, 1991, p. 25).

Segundo Meihy (2015, p. 9), é possível determinar uma linha divisória no histórico da prostituição entre o antes e depois da expansão ultramarina do século XVI. Com as chamadas “descobertas”, fruto das grandes navegações que buscavam alternativas econômicas viáveis para as civilizações mais bem estruturadas, vincularam-se partes – até então não integradas – em linhas de comunicação e linguagem, comércio e trocas culturais, definindo-se a partir de mecanismos de predomínio através de violência e dominação.

Houve também alusões sutis, práticas vigoradas à surdina dos tempos e infiltradas na aparente mansidão dos costumes que definiram culturas e desempenhos nacionais. Na moldura dessas transformações é que a análise da prostituição ganha sentido como traço de permanência que carrega heranças conceituais projetadas (MEIHY, 2015, p. 9).

Como apresentado, com o passar dos séculos, o papel da prostituta – e, conseqüentemente, do sexo feminino como um todo – foi cada vez mais envolto por preconceitos, reflexo das sociedades da época. Ainda segundo o historiador (MEIHY, 2015, p. 9), com a mudança no panorama histórico e social, a forma de abordar o tema “*prostituição*” foi se adequando cada vez mais às necessidades de uma comunidade moderna.

1.2. A profissão envolvida por preconceitos e estereótipos

Segundo Rago (1985), dentre todas as épocas que permeavam preconceito em torno da prostituição, o século XIX foi sem dúvidas o mais inquieto, especialmente no Brasil. Da mesma forma que ocorreu nas maiores metrópoles europeias, os grandes centros urbanos brasileiros, principalmente as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, assumiram caráter de “laboratórios de observação”, termo utilizado por Neto (2018, p. 103), onde tanto sociólogos, quanto políticos, médicos, entre outros estudiosos do âmbito social passaram a analisar as cidades, apoiados na criação de imagens e termos contraditórios, entre eles a existência – no campo simbólico – do ideal da “mãe-de-família” – ou, como exemplificado por Rago, “rainha do lar”, referindo-se à *moralidade* e o da “prostituta”, identificada com a *imoralidade*.

Rago ainda enfatiza que a imagem idealizada da mulher no século XIX vinculava-se nitidamente ao título de “dona de casa”, uma vez que o sexo feminino era sempre associado ao espaço e tarefas domésticas, dedicada à criação dos filhos e à maternidade e, de certa forma, tida como um apêndice do ambiente familiar e do marido. Conseqüentemente, o perfil da prostituta foi sendo construído em oposição ao ideal de “mulher perfeita” e “mãe-de-família”, desempenhando o papel de indicativo do estereótipo do que deveria ser evitado a todo custo pelas outras mulheres da época.

Tal afirmação se deve ao fato de que as mulheres, após séculos em anonimato, começaram a se interessar pela vida pública e buscavam ganhar seu merecido espaço nas ruas das grandes metrópoles brasileiras. Essa mudança no panorama social era vista tanto por meio da tentativa de se desvincular das tarefas domésticas e se destinar a trabalhos “honestos” – ou seja, qualquer função não relacionada à ‘venda do próprio corpo como mercadoria’ e também à arte e dança –, pela procura do direito de serem reconhecidas como cidadãs plenas ou até mesmo optando por seguir o caminho da prostituição, que, como mencionado anteriormente, era a única saída para muitas mulheres alcançarem a tão estimada ‘liberdade’ frente a uma sociedade machista e patriarcal.

Avançando na concepção exemplificada por Rago (1991), a figura do sexo feminino, ao escolher ‘vencer na vida’ por seu próprio mérito e livre do domínio masculino, estaria escolhendo, instintivamente, seguir o caminho da ‘libertinagem’ e, conseqüentemente, da prostituição, perdendo, por completo, o interesse na instituição do casamento, na maternidade e em outros princípios oferecidos pela comunidade ‘respeitável’, afirmação essa que foi contestada diversas vezes por estudiosos do tema, incluindo Judith Belladonna (1979). A autora se atentou ao fato de que, embora tenham escolhido atuar na profissão, muitas meretrizes guardam, no íntimo, o desejo de experienciar a maternidade, o matrimônio e até de retornar às suas famílias, isto, como foi citado por Rago (1991), se define como uma maneira das prostitutas apararem seus “valores originais” em símbolos moralmente aceitos pela sociedade patriarcal, como é o caso, por exemplo, da maternidade, tópico rapidamente evidenciado pela autora:

E que, acima de tudo, as mulheres na democratização da vida social se conscientizassem de que sua natureza primária era a maternidade. A prostituta, por seu lado, passou a simbolizar tudo o que se considerava condenável numa mulher (RAGO, 1991, p.28-29).

Dessa forma, a distinção entre as mulheres denominadas como honestas e as prostitutas alcançou níveis mais elevados, saindo apenas da esfera simbólica e compreendendo uma função mais visível na sociedade. Fato que, além de fazer com que as mulheres sentissem a necessidade de se encaixar em algum dos estereótipos mencionados, serviu também de alerta às ‘jovens moças de família’ que começavam a despertar interesse em ingressar na esfera pública, o que resultou em um ponto negativo para uma sociedade que visava ao progresso.

Entretanto, embora esse tema e suas variações tenham se tornado pauta entre sociólogos e acadêmicos da época, a prática da prostituição, segundo Rebolho (2007), só atingiu seu ápice no período da *Belle Époque*, afirmação que corrobora com os estudos de Rago (1991) sobre o tema. De acordo com a segunda autora citada, a imagem da prostituição foi ganhando nova forma com a chegada das meretrizes francesas no Brasil. Conseqüentemente, as profissionais do sexo estrangeiras ganharam o caráter de “civilizadoras”, já que – detendo dos domínios das regras e comportamentos mais “desenvolvidos” – eram responsáveis justamente por introduzir os jovens “nas artes do amor e ao ensinarem códigos mais modernos de civilidade aos rudes fazendeiros e demais provincianos” (RAGO, 1991, p. 59).

Do mesmo modo que a pesquisadora indica a presença de profissionais estrangeiras nos grandes centros urbanos, é possível se deparar – seguindo as representações realizadas pelo memorialista Jorge Americano (1957) – a distinção entre perfis divergentes da prostituição. Em seus estudos sobre a memória da capital paulista durante os anos de 1895 e 1915, época analisada em sua primeira obra de uma trilogia, o autor aponta a existência, além das já mencionadas *meretrizes francesas*, de prostitutas dependentes de cafetões e cafetinas. Tais mulheres, como consequência de suas respectivas situações econômicas, familiares e sociais, se encontravam aprisionadas na relação dono-propriedade e impossibilitadas de serem donas dos direitos de seus próprios corpos, ou seja, estas eram tidas como a “escória das prostitutas”, na expressão de Jacob Penteadó (1962).

Entretanto, enquanto alguns pontos da cidade de São Paulo eram sinalizados pela presença destas mulheres, a capital paulista também era palco das mais variadas formas de amores extraconjugais, como é evidenciado por Rago (1991):

Contudo, não era apenas a prostituição destinada aos homens de menor posse, ou aos jovens estudantes boêmios que aumentava – liberação intensiva promovida pelo capital –, e nem todas as meretrizes existentes em São Paulo viviam em condições miseráveis, ou eram perseguidas pela polícia, como as pretas e mulatas pobres (RAGO, 1991, p. 117).

A presença de “cortesãs de luxo”, termo empregado pela própria autora, é um ponto de destaque na sociedade da época. Essas mulheres, muitas vezes admiradas pelas “moças respeitáveis” por suas posses e independência pessoal, dispunham de certa liberdade financeira e habitavam suas próprias casas, grandes mansões localizadas em

bairros residenciais de elite, como avenida Paulista e avenida Angélica. Por muitas vezes, serem financiadas por figuras importantes e bem vistas socialmente, as “prostitutas de luxo”, por assim dizer, conseqüentemente, acabavam por se tornar grandes nomes femininos da comunidade e até mesmo inspirações literárias e artísticas para muitos nomes do meio.

Descendo a hierarquia social e, assim sendo, donas de menor quantidade de privilégios, estavam as prostitutas que – livres dos vínculos de dependência de um cafetão ou cafetina – residiam em casas próprias ou alugadas. Esse privilégio pertencia a poucas profissionais do sexo e era empregado para que a figura feminina pudesse receber seus fregueses e amantes, mas “sem os compromissos e fidelidade que a relação extraconjugal estruturada a partir do modelo burguês poderia exigir” (RAGO, 1991, p. 118).

Por último, Americano (1957) ainda descreveu as moças que se hospedavam em hotéis e “pensões chiques”, mulheres que estavam diretamente ligadas ao crescimento de espaços voltados para a prostituição. Segundo o autor e, mais tarde, ilustrado por Rago (1991), eram essas artistas, bailarinas, atrizes de grandes espetáculos teatrais que, além de suas apresentações oficiais, eram companhia de homens de posses e frequentavam locais elegantes e bem vistos socialmente, o que poderia se assemelhar às “acompanhantes de luxo”, denominação utilizada na atualidade.

A chegada desses novos modelos e distinções sociais, se somado ao surgimento das *meretrizes francesas*, sucedeu em um universo renovado de atividades de lazer e cultura, antes inexistentes nas grandes metrópoles brasileiras.

Cafés-concerto, cafés cantantes, cabarés, bordéis, ‘pensões alegres’, teatros, bares e restaurantes floresciam pelo centro comercial e arredores mais afastados, como espaços de circulação dos fluxos desejantes e de manifestações de outras formas de expressão do desejo, à imagem do que se assistia nos países europeus paradigmáticos” (RAGO, 1991, p. 30).

Segundo Rago (1991), corroborando com o pensamento de Neto (2018), a expansão do mercado capitalista e as transformações urbanas que tomavam conta das grandes cidades – resultando na livre circulação da figura feminina nas ruas, sua entrada no mercado do trabalho e, conseqüentemente, uma drástica mudança na sua condição social – resultou na divisão do espaço comum do perímetro urbano com as meretrizes, ou seja, “os lugares frequentados pelas ditas ‘mulheres honestas’ e pelas prostitutas, aos poucos, se cruzaram” (NETO, 2018, p. 105).

Assim como os novos ambientes culturais, o processo de modernização – se associado ao crescimento econômico, desenvolvimento industrial, explosão demográfica e, conseqüentemente, a desterritorialização das subjetividades, termo que faz referência à separação das práticas sociais e culturais no âmbito abstrato – impulsionou os “territórios do desejo”, que também tinham suas características na geografia espacial das cidades (RAGO, 1991, p. 111)

Nesse contexto, com o aumento dos estabelecimentos dedicados ao culto do amor venal e com a chegada de novidades importadas do exterior, começaram a se propagar os chamados “vícios urbanos”. Os brasileiros, prostitutas e seus clientes, despertavam certo interesse e atração por um erotismo mais refinado e proveniente do estrangeiro. O consumo de pornografia, roupas mais elaboradas, drogas, entre outros aspectos, se tornou comum no meio da prostituição.

Pode-se afirmar que esse período também foi conceituado pela abertura da imprensa ao abordar assuntos que giravam em torno da prostituição – questão que será elaborada com maior ênfase no decorrer do trabalho. Grandes jornais da época e até mesmo textos direcionados ao público feminino se empenhavam em noticiar, criticar e, com muita frequência, denunciar brigas, escândalos e as ilegalidades que contornavam o universo das práticas do prazer, englobando, por exemplo, a venda e disseminação de livros, produções e folhetins de conteúdo adulto considerados obscenos e impróprios para uma sociedade respeitável.

Essas publicações, por sua vez, embora circulassem livremente nos espaços destinados à prostituição – cafés-concertos, bordéis, ‘pensões alegres’, entre outros – só passaram a ser autorizadas na grande mídia a partir do ano de 1924, quando “abre-se um espaço para o desnudamento completo do corpo feminino como erotismo na imprensa brasileira através da revista *SHIMMY*” (RAGO, 1991, p. 127), periódico reputado por expor detalhes do que era considerado a “vida moderna” na época.

Entretanto, como resultado da maior exposição das meretrizes à comunidade, das novas atividades de lazer e cultura e da influência direta dos costumes europeus ligados à esfera do prazer – ainda mais se somado às denúncias e críticas da imprensa, médicos e estudiosos –, o contexto luxuoso e saturado de brilho da prostituição foi, aos poucos, perdendo espaço para dar lugar à certa opacidade.

O lado obscuro e menos atrativo da profissão foi ganhando forma, as drogas e os já mencionados “vícios urbanos” se mostraram mais acessíveis à comunidade e, conseqüentemente, as IST’s (Infecções Sexualmente Transmissíveis) passaram a ser queixas recorrentes entre as profissionais do sexo e seus clientes. Tal fato, se acrescentado ao pouco acesso à educação e recursos dessas mulheres, auxiliou na atribuição de uma imagem ainda mais negativa e estereotipada em relação ao lugar da figura feminina na comunidade. Ou seja, a figura da prostituta passou a influenciar diretamente a condição da mulher, que há tempos lutava para ganhar espaço e conquistar seus direitos frente a uma sociedade patriarcal.

1.3. A prostituição sob o parecer médico e introdução à questão do uso de substâncias ilícitas

Desta forma, o século XX – sobretudo, a década de vinte – foi de grande importância no desempenho de campo de estudos médicos e sociológicos. Entretanto, vale ressaltar que a questão da saúde já estava sendo colocada em pauta desde o século XIX, período em que houve grande avanço dos problemas epidêmicos no Brasil. Assim como mencionado anteriormente, com a chegada de ambientes mais sofisticados, que rodeavam o universo das práticas libidinosas, houve um aumento significativo da circulação de substâncias ilícitas entre grande parte da comunidade.

Por sua vez, esses locais – os chamados *cabarés* – passaram a ser julgados como os principais centros de comercialização e difusão de drogas, o que, conseqüentemente, resultou na responsabilização das prostitutas como “corruptoras de menores”, uma vez que, como grande parte delas era usuária e ingeria grandes quantidades destas substâncias. Essas mulheres eram apontadas como grandes influenciadoras de “jovens inocentes” que, por estarem iniciando suas vidas na esfera pública, não tinham, segundo o parecer da época, experiência para julgar o certo e o errado.

Tal estigma foi ainda mais agravado pelo fato de que o consumo dessas substâncias ilegais não era comum apenas entre prostitutas e “homens inexperientes”. Em um curto período de tempo, as jovens burguesas e membros respeitáveis da sociedade também passaram a usufruir dos chamados vícios urbanos. Estas moças, por sua vez,

justificavam a utilização destes produtos para a “limpeza da pele ou de seus vestuários” (RAGO, 1991, p. 141).

Todo este esfuziante clima de excitação erótica, estilo Belle Époque, que se procurava desfrutar no submundo da cidade, não prescindia de um crescente consumo de droga: cocaína, morfina, ópio, ether e, em menor escala, maconha (RAGO, 1991, p. 141).

A questão passou a ser de grande interesse social e as prostitutas se tornaram objeto de estudo, sobretudo dos médicos, como já foi referido. Segundo Vairo (apud RAGO, 1991, p. 141), que estendeu seus trabalhos sobre a questão indicada por toda grande São Paulo, a maior parte das prostitutas da capital paulista eram usuárias de substâncias ilegais. Rago (1991) ainda enfatiza que o médico “considerava que entre as que moravam nas pensões e cabarés, cerca de 95% eram viciadas e recebiam droga gratuitamente dos fregueses da casa” (RAGO, 1991, p. 142).

Como resultado do aumento da circulação de drogas, campanhas começaram a ser disseminadas com o intuito de chamar a atenção das autoridades públicas e da comunidade, que insistia em fechar os olhos para as complicações que o uso destas substâncias poderia causar a longo prazo. Além disso, a imprensa também serviu de grande aliada das campanhas e dispôs de grande influência na época, adotando o encargo de denunciar e expor casos, figuras ilustres e ambientes, que, mais tarde, fechariam as portas por esse mesmo motivo, em que ocorria a circulação destes tóxicos

Através das investidas policiais noticiadas com alarde pela imprensa contra a difusão das drogas em São Paulo, ou de campanhas que ela iniciava visando [sic] chamar atenção das autoridades públicas e da sociedade, informamo-nos sobre a circulação destes tóxicos nos cabarés, “bars”, “pensões chics” e nas “garçonnières” dos jovens da elite paulistana (RAGO, 1991, p. 142).

Entretanto, a década de vinte não foi sinalizada apenas pelo alto consumo de drogas, mas também foi – como consequência desse estímulo – de extrema importância para a prática sexual sem prevenção e, assim, para a propagação de IST's, primordialmente a *sífilis* – que, por muito tempo, foi considerada o “novo mal da sociedade da época”, termo adotado por Carrara (1996). A doença infectocontagiosa se transformou em uma das mais sérias questões de saúde pública, ainda mais se somada ao fato de que o Estado, médicos e outros estudiosos do âmbito social não conseguiam desprender tal problema das questões morais. Fato que contribuiu para que a prostituta adquirisse o estigma também das doenças venéreas.

O conceito de *sífilis* tinha sido até então um conjunto de sintomas a um só tempo confusos e inespecíficos, cuja etiologia estivera envolta em metafísica, preconceitos e superstições. O seu caráter de castigo aos pecados da carne a teria mantido durante séculos a meio caminho entre a fatalidade natural e o erro moral, orientando as reações sociais que, sem sucesso, já haviam tentado conjurá-la (CARRARA, 1996, p. 25).

Era comum, segundo Carrara (1996), que o auxílio médico fosse negado a muitos dos doentes, uma vez que estes – culpados por seu mal e contaminação – não seriam “merecedores” de tutela e cuidado, tese também fundamentada por Fleck (1999). Para o médico, o surgimento e a rápida propagação da *sífilis* caminharam lado a lado de uma evidente reprovação moral em relação aos doentes, caráter ainda mais reforçado e sustentado pelas doutrinas cristãs, religião que – embora se estude os casos em um país denominado laico – é predominante no Brasil.

Como apresentado, o infectado não era diagnosticado, unicamente, com os sintomas da doença, mas também lhe era concedido o cargo de uma trajetória imoral e de costumes de vida considerados indecentes, elementos estes que eram, de certa forma, fundamentais para que os especialistas da época entendessem a origem e as causas da doença. Ou seja, mais uma vez os valores morais de uma sociedade explicitamente patriarcal se sobressaíam frente às questões de saúde pública.

Carrara (1996) ainda elucida que, assim como grande parte das epidemias, a responsabilidade pelo surgimento da *sífilis* foi, inicialmente, associada, de forma exclusiva, às prostitutas e, mais tarde, aos seus clientes. Os médicos e pesquisadores do campo da saúde foram os grandes responsáveis por empregar ainda mais a carga da moralidade nos assuntos envolvendo a prostituição. Desta maneira, o saber médico também foi o grande divulgador do termo “mulher de vida fácil”, visto que, como apresentado no decorrer do capítulo, eram os profissionais da saúde que responsabilizavam essas mulheres pelo surgimento e propagação da doença.

Entretanto, não era apenas a prostituta ou a “mulher de vida fácil” a ser reputada como agente disseminadora da doença. A “mulher do lar” – a mãe, a ‘boa moça de família’ e esposa – , por lhe ter sido delegada a função de cuidar da saúde e do bem-estar do marido, filhos e casa e ensinar as normas médicas às jovens mulheres, também detinha do título de promotora, por assim dizer, da doença.

A educação feminina tornou-se um ponto-chave para a medicina, pois através dela pretendia-se o aperfeiçoamento físico e moral da mulher, da mãe e das

futuras gerações do país. A “nova mulher”, submetida à tutela médica, além de se constituir num agente familiar da higiene social, deveria tornar-se o baluarte da moral da sociedade, e dessa forma as normas médicas deveriam ser transmitidas pelas mães a suas filhas, a partir da adolescência e da puberdade, período do início da vida fértil da mulher, merecendo atenção especial (MATOS; MORAES, 2007, p. 25).

Com isto em mente, se até a mulheres considerada exemplo a serem seguido por seus caráter “respeitável” eram incumbidas de tamanha responsabilidade, era de se imaginar que as prostitutas – parcela do sexo feminino na base da pirâmide social – seriam as primeiras a serem responsabilizadas pelo incentivo às drogas e propagação de IST’s.

Neste cenário, a medicina, junto à Igreja e ao Estado – buscava disciplinar o sexo feminino e, cada vez mais, manter a sociedade longe do universo que envolvia a prostituição. Assim, surgiram os primeiros indícios de movimentos feministas que lutavam em prol dos direitos das profissionais do sexo.

Conseqüentemente, a questão da prostituição originou um intenso embate. De um lado, a sociedade, juntamente com os médicos e instituições religiosas, tentava desmoralizar as prostitutas, associando a elas o modelo de “mulher mundana” e, mais uma vez, as responsabilizando pela disseminação de IST’s, substâncias ilícitas e imoralidade. Ao mesmo tempo, havia uma pequena parcela da população, em sua maioria, mulheres consideradas feministas, que buscavam suavizar os estigmas e a condição das profissionais do sexo.

Tal mudança no panorama social é bem evidenciado por Elisiane Pasini (2005). Segundo a autora, a atividade das prostitutas pode ser dividida em duas vertentes: a radical, que entende a prostituição como uma forma de submissão da mulher e sinônimo da nomenclatura masculina, e a liberal, observando o exercício da profissão como uma escolha, tópico que será mais bem elaborado no terceiro capítulo da monografia – *A prostituição como uma questão da atualidade*.

Assim, com a luta das mulheres pelos direitos das meretrizes, a prostituição passou a crescer como profissão e, aos poucos, a separação geográfica do universo das profissionais do sexo e o mundo “burguês respeitável” foi se perdendo. Os estabelecimentos, que antes serviam como ponto de encontro entre os dois mundos, como os refinados cabarés, passaram a se sustentar sozinhos, livres do vínculo com a

prostituição e buscando outras formas de se manterem abertos, muitas vezes apoiados em espetáculos teatrais e musicais.

A profissão passou a ganhar maior visibilidade, principalmente no campo acadêmico e de debate social. Com o tempo, as mulheres passaram a conquistar seus direitos e, com isso, a divisão entre “mulher honesta” e “meretriz” foi diminuindo, resultando em uma transformação radical da condição feminina e evidenciando a influência da prostituta no imaginário social e na condição da mulher perante a comunidade. Entretanto, o preconceito envolvendo a sexualidade feminina se manteve firme no discurso da sociedade e, conseqüentemente, da literatura e da imprensa.

2. OUTROS OLHARES SOBRE A PROSTITUIÇÃO

2.1. Reflexos da prostituição na literatura

Assim como foi apresentado, a prostituição foi um importante pilar para a concepção da imagem da mulher e para a delimitação de seu espaço em uma sociedade de caráter patriarcal. Com o passar dos séculos, das civilizações e de diferentes culturas, o olhar coletivo a respeito do tema foi se modificando até chegar ao que se conhece na atualidade. Entretanto, mesmo que a questão se desenvolva de forma ampla e, assim, possibilite diferentes tipos de abordagem e formas de pensar, pode-se atentar ao fato de que a prostituição, mesmo com mudanças significativas, manteve seu caráter estereotipado e carregado de preconceito.

A exemplo dessa afirmação, pode-se citar novamente os documentos de natureza médica e jurídica, que se popularizam, principalmente, no decorrer do século XIX. Os autores dos artigos e teses mencionados ilustram de forma perceptível a prostituição como tudo aquilo que foge dos padrões e ideais impostos às mulheres da época. Tal fato é tão evidente que se torna um gesto quase que sistemático dos agentes e é mencionado nos estudos de Ribeiro (2016):

Partindo dessa premissa, observamos que o ‘higienismo’ construiu e sedimentou a prostituição enquanto um ‘objeto’ científico, uma ‘doença’ ou ‘mazela’ a ser controlada ou erradicada. Isto é, o incompreensível, o ‘desviante’ era também o que potencialmente se ligava à ‘perversão’ e ‘ao perigo’ (RIBEIRO, 2016, p. 12).

Outro modelo de manifestação textual que foi de enorme importância para a construção da mulher no âmbito simbólico é a literatura. Embora essa fonte de informação histórica ocupe diferente espaço e papel entre os documentos da época, principalmente se comparado à visão dos médicos e juristas, tal fato, portanto, não é sinônimo de isenção de responsabilidade por parte dos literários ao se tratar da propagação de discursos preconceituosos e, conseqüentemente, da intensificação dos estereótipos que contornavam a vida das meretrizes.

É nesse contexto que o subcapítulo *“Reflexos da prostituição na literatura”* se constrói. O ponto mencionado procura reforçar a forma por meio da qual as prostitutas eram retratadas e vistas pela sociedade do passado, sua influência na formação da imagem feminina e, conseqüentemente, de sua sexualidade, uma vez que, como foi indicado anteriormente, a inquietação com as práticas sexuais fora da entidade matrimonial “está

mais ligada à preocupação com a moralidade pública e com a condição da mulher na cidade moderna do que com a vida das meretrizes propriamente dita” (RAGO, 1991, p. 8).

Faz-se necessário ressaltar e lembrar alguns pontos, como, por exemplo, o fato de que “a presença das prostitutas, muitas das quais estrangeiras, afetou o imaginário social da época, tendo em vista as próprias mudanças que atingiam a condição da mulher na cidade de São Paulo” (RAGO, 1991, p. 28).

As transformações citadas pela autora, por sua vez, refletem a dupla revolução tecnológica e política que se sucedeu, principalmente na Inglaterra e na França, durante o século XIX, o que, conseqüentemente, resultou na difusão de valores e costumes europeus em várias partes do mundo, incluindo o Brasil. Contudo, embora a influência estrangeira tenha decorrido de diferentes costumes e povos, ao se tratar do campo que envolve as relações de prazer, pode-se ressaltar a cultura francesa como a de maior importância na sociedade brasileira.

Dessa maneira, a Belle Époque francesa foi amada pelos brasileiros, não apenas pelo desfoque pecaminoso do sexo, mas também pelo glamour e pela cultura francesa, que abria, a cada dia, maior espaço para a mulher na sociedade (REBOLHO, 2007, p. 39).

Sendo assim, para melhor compreender e conhecer o universo das práticas libidinosas, é preciso recorrer também à literatura como fonte de informação histórica, já que, além de receber o encargo de refletir a realidade de um determinado período de tempo, as manifestações literárias podem também revelar importantes aspectos das formas de pensar e sentir de uma sociedade.

Os romances traduzem os anseios, captam as angústias, fantasias, desejos de uma determinada época, e não apenas de uma classe social, a que pertenceria o autor. Além do mais, a literatura constrói a sua representação do fenômeno, que tanto pode atuar como ponto de referência para o leitor, como responder às suas aspirações (RAGO, 1991, p. 31).

Assim, da mesma forma que Rago (1991) aponta a relevância do tema em questão, a literatura como “fonte de estudo das tensões existentes numa determinada estrutura social” (PAURA, 2008, p. 01) também se tornou um dos – senão o principal – objeto de pesquisa de Nicolau Sevcenko (2003), uma vez que, para o autor, “a linguagem está no centro de toda a atividade humana” (SEVCENKO, 2003, p. 27) e trabalha como

instrumento modelador das relações estabelecidas entre os homens e a realidade vivida por eles.

Em seu estudo “*Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural da Primeira República*”, na qual dedica às obras literárias a atribuição documental para interpretar a sociedade e cultura brasileira durante a Primeira República (1889 – 1930), Sevcenko (2003) sublinha que tanto as publicações de âmbito literário quanto os fatos históricos se tratam de dois gêneros e formas discursivas distintas, uma vez que a literatura, além de dispor do caráter de expositor de acontecimentos que marcaram uma sociedade e de refletir pensamentos e ideais de uma determinada época, também possui o encargo de “traduzir no seu âmago mais um anseio de mudança do que os mecanismos de permanência” (SEVCENKO, 2003, p. 29). Ou seja, o escritor muitas vezes opta por utilizar dos atributos literários para evidenciar uma inquietação social que poderia ou deveria ser alterada, afirmação que também é salientada por Paura (2008):

Levando-se em conta que todo escritor escreve num determinado tempo e espaço, seus temas, motivos, valores, normas e revoltas se tornam frutos de seu tempo. Logo, a literatura serve à história como um documento, não na análise dos episódios históricos que narra, mas como uma instância complexa que incorpora diversos tipos de significação social (PAURA, 2008, p. 01)

Essas considerações podem, por sua vez, ser encontradas em diferentes publicações literárias que se referem ou têm como personagens de destaque mulheres associadas ao universo da prostituição e das práticas libidinosas, uma vez que diversos escritores se utilizaram da literatura como forma de documentar e entender as inúmeras tensões sociais presentes em determinados períodos históricos, denunciando e até mesmo sugerindo soluções para questões vistas como problemáticas na época de suas publicações, tópico que se torna de extrema importância para compreender temáticas como as ligadas à prostituição, por exemplo.

Uma vez ciente da importância da literatura como documento para melhor compreender as estruturas sociais de uma época, é no cenário mencionado anteriormente – uma junção do glamour francês e das raízes brasileiras – que importantes nomes da literatura do país foram idealizando e construindo figuras que, além de desempenhar o papel de uma espécie de modelo para as jovens leitoras, caracteriza nitidamente o pensamento não só dos autores, mas da sociedade no geral. Dessa forma, vale destacar

que os escritores, em sua maioria do sexo masculino, trilhavam suas obras baseando suas personagens em donas de casas, mães, trabalhadoras e jovens inocentes e, “ao lado desses perfis de mulher, existia outro, em torno do qual muito do debate médico literário e jornalístico do Brasil oitocentista se concentrou: o da prostituta” (NETO, 2018, p. 103).

Na literatura, a prostituta goza de aura diversa, prolixa: ora predadora ora presa, desliza pelas entrelinhas, cruza épocas, sociedades e histórias, afirma-se em diferentes aventuras e dramas; acantonada pela sociedade, é tomada por arrivista; invejada por ser livre, é vista como dissidente moral, torna-se alvo de puritanos e é vítima de preconceito. Mas, ainda assim, permanece, e cada uma delas escreve sua própria história face à sociedade que lhes oprime (CHIOVATTO; MAGRI, 2018, p. 2)

Tal concepção corrobora com os estudos de Rago (1991) sobre o retrato da prostituição na literatura paulistana da década de vinte. A autora sublinha a existência de um gigantesco contraste no modo com que escritores homens e escritoras mulheres se referem ao tema em suas respectivas obras. A pesquisadora ainda cita a percepção de que, nos romances publicados por figuras do sexo masculino, é quase que inevitável que, ao finalizar a obra, haja um certo tipo de punição à prostituta, que, em sua maioria, tem seu destino selado pela morte.

Seguindo a linha de pensamento da autora, vale também destacar que, “em raras ocasiões, ela [*prostituta*] se salva e então num duplo sentido: não é morta pelo romancista e se reintegra a uma asséptica vida doméstica” (RAGO, 1991, p. 32). Isto é, de acordo com inúmeros literários brasileiros, a mulher, ao prosseguir no caminho da prostituição, independente dos motivos que a fizeram chegar nele, faz jus à punição ou necessita de certa “purificação” para voltar a viver de forma honesta e aceitável pela sociedade.

Contudo, na medida em que as obras escritas por autores do sexo masculino tendem a sentenciar a figura da prostituta, os romances publicados por mulheres na década de vinte se inclinam sob um olhar mais humano em relação à prostituição. Rago (1991) aponta certa dificuldade para encontrar obras femininas que se encaixem na proposta, mas se refere aos livros *Vertigem* (1926), de Laura Villares, e *Virgindade Inútil e Anti-higiênica* (1927) e chama a atenção ao destino feliz recebido pelas protagonistas.

Por serem prostitutas, ambas acabam ricas e felizes vivendo em Paris. De maneira muito interessante, em minha opinião, estes romances conseguem não apenas fazer falar a prostituição, assim como os outros, mas explicitar mesmo que inconscientemente uma forte fantasia feminina em relação à prostituição, que pelo visto também tem uma longa história (RAGO, 1991, p. 32).

Tal fato apenas reforça a linha divisória entre as chamadas ‘mulheres honestas’ e as prostitutas, apresentando, de forma clara, as características de cada um dos respectivos ‘grupos’ para que, em momento algum, essas posições antagônicas se confundissem e que, acima de tudo, essas moças de caráter socialmente aceitável se conscientizassem de que sua natureza primária era a maternidade. Ou seja, independentemente das razões, se prosseguissem rumo à prostituição, teriam o mesmo destino das protagonistas de obras literárias.

Além disso, nota-se que a literatura, na maioria das vezes, acaba por utilizar a palavra *prostituição* como um conceito que se refere a uma resposta à situação de empobrecimento – não só financeira, mas também moral – das mulheres e não como uma profissão propriamente dita. Os autores, de certa forma, observam o tema como uma alternativa injusta em que a mulher foi, mais uma vez, vítima da sociedade capitalista e causas como necessidades financeiras, renegação familiar, abuso por parte de figuras masculinas, entre outras, seriam as únicas razões para uma jovem seguir tal rumo, isentando a mulher de seu poder de escolha novamente.

Em premissa pode se confirmar na própria literatura, em que há artigos, teses, dissertações e livros que retratam a prostituição como necessidade financeira, legitimando-as como vítimas do sistema e poucas a retratam como opção pessoal. (REBOLHO; RIBEIRO, 2018, p. 17)

Contudo, apesar do discurso do autor refletir o pensamento de grande parte da sociedade e as motivações mencionadas se adequarem aos casos de inúmeras jovens, deve-se considerar que muitas mulheres optam, independente de seus motivos, por seguir a profissão e, ao contrário do senso comum, não são vítimas de suas condições adversas de vida.

Portanto, continuar olhando para a prostituta enquanto um sujeito vitimizado desta relação da prostituição parece somar colocá-la em um lugar de desprivilégio social. Inclusive, acredito que muitas vezes a prostituta é vista, principalmente, pelo senso comum com tanto preconceito justamente em razão da dificuldade de compreender que a mulher – enquanto sujeito social – tem autonomia do seu corpo: ela pode usá-lo como melhor achar a partir de suas escolhas, o que significa, inclusive, fazer parte do comércio sexual (PASINI, 2005, p. 6).

A fala dos escritores, por sua vez, não é apenas encontrada nas manifestações literárias. A mesma concepção preconceituosa e estereotipada é propagada, mesmo que de forma indireta, pela grande mídia e por entidades governamentais, questão que será

abordada no próximo subcapítulo do trabalho e que apenas reforçou a dificuldade da mulher de garantir seu direito como cidadã plena.

Assim, vale ressaltar que, uma vez ciente da dificuldade da figura feminina de delimitar seu espaço frente à sociedade, a prostituta, por sua vez, encontrou ainda maiores adversidades. Tal panorama só foi se modificando a partir do final do século XX, quando “assiste-se à emergência de organizações integradas por prostitutas que reivindicam não só os direitos sociais de cidadania, mas também o reconhecimento da prostituição, ‘como um trabalho como outro qualquer, que acarreta direitos e deveres’” (RODRIGUES, 2009, p. 69).

2.2. A estigmatização da prostituição pela mídia brasileira

Do mesmo modo que o discurso presente nas obras literárias – que, como foi mencionado anteriormente, tende a contemplar e julgar a prostituta como vítima – teve extrema importância na construção do imaginário social que envolve diferentes aspectos do universo do prazer, a mídia, seja ela digital, impressa, visual, entre outras formas, também teve forte impacto na propagação, mesmo que de forma indireta, do discurso preconceituoso e estereotipado acerca das profissionais do sexo. Conseqüentemente, isso resultou na dificuldade dessas figuras alcançarem cargos públicos e maior representatividade no governo, fator essencial para aumentar a visibilidade da luta em prol dos direitos das trabalhadoras do sexo.

Ademais, vale também destacar que os meios de comunicação viabilizam “a possibilidade para os grupos minorizados [*neste caso, as prostitutas*] de se tornarem visíveis na sociedade” (VALLE, 2010, p. 70), fato que está diretamente relacionado à forma com que a mídia transmite as representações sociais. Assim, é importante destacar que tal mecanismo desfruta de extrema relevância ao se tratar da concepção de identidades e, dessa forma, da significação e ressignificação social, tema que será mais bem elaborado ao longo deste subcapítulo.

Em concordância com o parecer mencionado, Silva (2016) cita que “não existem verdades, existem versões” (SILVA, 2016, p. 9). Esse fato deve ser evidenciado porque a mídia – um instrumento que dispõe do papel de conduzir, simplificar e, de certa forma,

“traduzir” informações para o público – pode facilmente, segundo a autora, alterar seu discurso para se tornar sensacionalista e, assim, manipuladora, o que influencia diretamente na formação da opinião pública e do imaginário social em relação a diferentes temas presentes na sociedade. Tal conceito é destacado por diversos autores, entre eles Denardi (2011):

Os jornais são edifícios de construção discursiva de nosso mundo, que além de nos informar, formatam e modelam boa parte da opinião pública. Os mesmos veículos que publicam os anúncios de sexo num dado espaço e momento, em outros, criminalizam as prostitutas (DENARDI, 2011, p. 18).

É, então, nesse contexto que o fenômeno da prostituição se constrói e resulta em um tema de muita pertinência para os diferentes meios de comunicação, ainda mais se somado ao longo histórico de estudos e mudanças no panorama que cercam o universo do prazer e que, com o passar do tempo, estruturou o imaginário social que se tem nos dias de hoje.

De acordo com Valle (2010) – que realizou inúmeras pesquisas e estudos a respeito das representações sociais das profissionais do sexo nos diferentes meios de comunicação de massa brasileiros –, até o ano de 2005, foi observado que a mídia jornalística optava por conduzir a imagem das prostitutas, principalmente, a partir de publicações associadas às páginas policiais. Ou seja, matérias diretamente ligadas a problemas de ordem social. Entretanto, ao mesmo tempo em que a figura da profissional do sexo era quase sempre vinculada ao universo que envolvia questões relacionadas à criminalidade, as prostitutas também “figuravam nas páginas dos textos culturais, retomando contextos ficcionais, como personagens teatrais, filmicos, musicais e literários” (ALENCAR, 2012, p. 13).

Dessa forma, também se mostra importante destacar que, segundo Rubin (2012), esse fato está diretamente conectado com as inúmeras produções literárias de natureza moralista e conservadora – em especial, as publicações oitocentistas – e os preconceitos sobre as questões ligadas à sexualidade feminina e que, conseqüentemente, tendem a girar em torno dos temas associados à prostituição. Ainda de acordo com a autora (RUBIN, 2012), a mídia, ao reproduzir esses discursos carregados de estereótipos e desconfianças, tende a suprir o imaginário social de que o universo do prazer é algo perigoso e que deve ser criminalizado.

Tal concepção é também validada por Blanchette, Murray e Ruvolo (2014) no decorrer de seus estudos sobre a prostituição com foco no período em que ocorreu a vigésima edição da Copa do Mundo, mesmo ano de publicação do artigo mencionado. Os autores ainda acrescentam que a desconfiança em relação ao universo do prazer ocorre, principalmente, pelo fato das publicações midiáticas quase sempre vincularem o campo estudado a temas como, por exemplo, o turismo sexual, o tráfico de pessoas e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Vale ainda destacar que, no caso do Brasil, “a mídia divulga esses crimes [*turismo sexual, tráfico de pessoas e exploração sexual*] ao redor da prostituição, por vezes, apresentando dados exagerados, falsos e conflituosos nas notícias” (RICCARDI, 2017, p. 34), o que tende a estimular, de forma direta, a propagação e generalização de pontos de vista preconceituosos e, assim, que “violam os direitos constitucionais e humanos ‘defendidos’ pelas ONGs e associações civis engajadas no combate ao tráfico” (DADIVA, 2005, p. 3).

Avançando no parecer de que a imprensa se inclina a reproduzir uma visão, de certa maneira, mais conservadora sobre a prostituição como forma de “perigo” para a sociedade, se faz necessária a menção da atuação dos “agentes de comunicação”, ou seja, dos jornalistas nessa divulgação de ideais.

O comunicador, sendo ele dono de um possível caráter de influenciador e formador de opiniões, demanda de grande atenção a respeito do vocabulário escolhido ao escrever e publicar uma matéria, seja ela voltada para grandes ou pequenos veículos. Isto porque “o emprego aleatório de expressões e palavras compromete a veracidade dos fatos, fomenta a invisibilidade das violações aos direitos humanos e eleva os riscos de se alimentar estereótipos e preconceitos” (RIBEIRO, 2014, p. 12).

Conteúdos voltados para assuntos policiais e que são associados à violência, por exemplo, tendem a despertar um maior interesse e preocupação por parte da população, além de fazer com que haja um árduo trabalho de investigação por parte do jornalista, grande repercussão do material publicado e, conseqüentemente, a imprensa acaba por adotar o papel de denunciadora, o que torna ainda mais essencial voltar a atenção do comunicador para as expressões utilizadas ao longo do texto.

Ao pautar uma matéria, a mídia, ao mesmo tempo que apresenta e representa determinados acontecimentos, mediados por sua versão dos fatos, está silenciando outros (...) com o premeditado objetivo de distorcer ou ocultar fatos, vale ressaltar que está em questão, de um lado, esse efeito de evidência acima mencionado, o qual constrói a notícia como realidade; de outro, o fato de a mídia ser um campo de lutas, conflitos, interesses, concorrências, de busca por posições e disputa por hegemonia, que se expressam interna e externamente ao campo (PORTO, 2009, não paginado).

No entanto, ao se conduzir para além das questões desenvolvidas pela imprensa tradicional, é também de extrema relevância frisar o uso das mídias pelo próprio movimento das prostitutas brasileiras. Inicialmente, em um contexto de pouca visibilidade e ainda no princípio da conquista de seus direitos como trabalhadoras, as profissionais do sexo elegeram a criação de um jornal que, mais tarde, se tornou um portal online como a melhor maneira de organizar a identidade do grupo frente à sociedade e à mídia da época. Nesse contexto, foi fundado o tabloide intitulado “*Beijo da Rua*”.

A publicação foi idealizada no final da década de 1980 por uma equipe de ativistas e líderes do movimento que luta em prol dos direitos das profissionais do sexo – entre elas, a militante Gabriela Leite – durante o I Encontro Nacional de Prostitutas, que se sucedeu na cidade do Rio de Janeiro e em esfera de uma organização não-governamental.

O desejo de criar um projeto jornalístico com este fim tinha origem na percepção daquelas mulheres de que elas eram majoritariamente representadas ou como vítimas, da exploração sexual, do machismo, do capitalismo; como degeneradas e vagabundas; ou ainda como vetores de doenças, sobretudo de infecções sexualmente transmissíveis, naquele período notadamente o HIV/Aids (CEZAR; ANDRADE; AQUINO, 2015, p. 460).

Assim como foi reforçado por Cezar, Andrade e Aquino (2015), o propósito inicial das fundadoras do “*Beijo da Rua*” era contar com um veículo jornalístico feito por e para prostitutas, garantindo, simultaneamente, que as vozes de tais mulheres pudessem alcançar um espaço ainda mais amplo para que o público geral pudesse “entender que a prostituta faz parte dessa sociedade” (LEITE, 2009, p. 10).

O jornal, por sua vez, desde sua idealização, contava com cobertura jornalística nacional e também uma seção dedicada para assuntos e temas internacionais, atuando nas questões cotidianas da profissão, das políticas públicas, direitos humanos e cidadania, legislação e também lidando com tópicos relacionados à saúde da mulher, conteúdos de extrema relevância para as profissionais do sexo, mas que não eram elaborados pela mídia tradicional ao se tratar dessas mulheres. Tal afirmação é também evidenciada por Valle (2010):

A forma participativa como o “Beijo da Rua” trata a prostituta se contrapõe ao modo como a grande mídia costuma dirigir-se ao seu público. Enquanto a imprensa institucional e de caráter sindical focaliza os interesses da categoria e da instituição que representa, boa parte dos meios de comunicação de massa (não-segmentados) dirige-se à sociedade em sua totalidade, materializada em um leitor “sem rosto”. Sendo assim, ambas falam de locais sociais diferentes, refletindo de modo igualmente díspar no tratamento dado ao leitor, que será previamente concebido como leitor-consumidor pela grande mídia e como leitor-agente pela mídia institucional (VALLE, 2010, p. 74).

Uma vez disponível aos leitores, o “*Beijo da Rua*”, por sua vez, sofreu algumas alterações ao longo do tempo de publicação. Em 1992, o jornal teve sua titularidade deslocada para as responsabilidades da organização Davida (Prostituição, Direitos Civis e Saúde), fundada no mesmo ano pela líder do Programa Prostituição e Direitos Civis, com o intuito de “criar oportunidades para o fortalecimento da cidadania das prostitutas, por meio da organização da categoria, da defesa e promoção de direitos, da mobilização e do controle social” (DAVIDA, 2009). Alguns anos mais tarde, em dezembro de 2004, a organização não-governamental determinou que já estava na hora de caminhar rumo às mídias sociais e a “cibermilitância”, assim, o jornal “*Beijo da Rua*” passou a ter uma versão eletrônica.

Assim, da mesma forma que o jornal em seu caráter impresso foi idealizado e, mais tarde, passou a circular pelas ruas, o site “*Beijo da Rua*” – agora sob o domínio da ONG Davida – foi produzido a partir de duas circunstâncias particulares. O primeiro ponto a ser salientado é o fechamento de diversos centros e ambientes que antes se dedicavam às práticas do prazer, fato que resultou em uma intensa mudança nos casos que envolviam o universo da prostituição. Contudo, embora o fator citado tenha sido de extrema importância, o advento da Internet como importante ferramenta de comunicação e disseminação de informação foi, por sua vez, o ponto decisivo para que o tabloide rompesse com as limitações enfrentadas pela mídia impressa e mudasse o caráter do jornal.

Desta forma, considerando a concepção de que a Internet é “um meio de comunicação, de interação e organização social” (CASTELLS, 1999, p. 255), pode-se afirmar que a transformação do jornal “*Beijo da Rua*” para o âmbito digital possibilitou um novo campo de oportunidades, como, por exemplo, conceder a permissão para que identidades – que antes não tinham a chance de manifestar suas vozes por meio do jornal impresso – pudessem, enfim, interagir, contar suas próprias histórias e opiniões para outras profissionais do sexo. Isto é, “o advento de formas alternativas de identificação foi

relevante para que prostitutas autônomas e sem vínculos territoriais compartilhassem princípios de visão e divisão social comuns à sua profissão” (VALLE, 2010, p. 79).

Ademais, essa transformação no caráter do jornal também possibilitou que as produções midiáticas pudessem, enfim, englobar um público de certa forma ilimitado, fato que era impossível com o produto impresso, uma vez que – se antes o “*Beijo da Rua*” era incapaz de alcançar um público que se encontrava fora do âmbito do universo do prazer – o advento da Internet tornou viável uma abrangência de leitores e, com isso, proporcionou uma imagem da prostituição diferente da concebida pelo senso comum. Somado a isso, outro tópico que merece ser apontado é o da questão do aumento da velocidade de transmissão da informação que a criação do portal online e das redes sociais promoveu. Tal novidade possibilitou que o “*Beijo da Rua*” pudesse criar uma sessão de plantão de notícias em tempo real, viabilizando que leitores de todo o Brasil pudessem, enfim, ter acesso a um conteúdo que jamais se mostraria presente na mídia tradicional.

Entretanto, vale ressaltar que a criação do jornal (e posteriormente do portal online) “*Beijo da Rua*” não foi o único fator que exerceu influência na mídia ao se tratar do uso da mesma pelo movimento das prostitutas. Valle (2010) cita que, em um segundo período, a organização não-governamental “Davida” desempenhou um papel significativo na produção de inúmeros eventos de caráter noticiável para a grande mídia e, como exemplo, mencionou a fundação da grife “Daspu” (2005).

Se a instauração da assessoria de comunicação da ONG “Davida” representou um estreitamento nos laços entre o movimento de prostitutas e os meios de comunicação de massa, a fundação da grife de moda “Daspu”, em julho de 2005, terminou por consagrar essa relação. Ao entender a moda das prostitutas como uma iniciativa de grande potencial noticiável, a grande imprensa passou a exercer um papel fundamental na divulgação da iniciativa como também no seu processo de criação (VALLE, 2010, p. 86-87).

Valle (2010) ainda mencionou a participação da ONG na criação da imagem da personagem “Bebel”, vivida pela atriz Camila Pitanga na novela brasileira “Paraíso Tropical”, que foi ao ar na Rede Globo – no ano de 2007 – e contou com supervisão do movimento das prostitutas, uma vez que, junto da atriz global, “buscou fazer um contraponto às antigas personagens prostitutas divulgadas nas novelas globais do horário nobre, quase sempre retratadas de forma vitimizada” (VALLE, 2010, p. 95).

Assim, vale ainda destacar que cada uma dessas ferramentas midiáticas mencionadas – o jornal e portal “*Beijo da Rua*”, a criação da grife “Daspu” e a participação do movimento das prostitutas na criação da personagem “Bebel” –, entre muitas outras aqui não referidas, foi concebida em um diferente contexto histórico e social. Ou seja, cada um deles pôde expor a prostituta e a luta em prol dos direitos das mesmas de uma forma completamente singular. Entretanto, todas essas maneiras que o movimento encontrou de se apropriar dos veículos de comunicação representou um novo estágio na concepção da imagem da profissional do sexo frente à sociedade.

Assim, “é possível sugerir uma dupla dinâmica na produção da notícia: tanto a mídia pode influenciar as ações dos grupos minorizados, como esses também podem pautar as reportagens da mídia” (VALLE, 2010, p. 71).

2.3. Mudanças no panorama histórico e no imaginário social

Do mesmo modo como foi citado anteriormente, as transformações – que foram ficando ainda mais visíveis a partir do final do século XX – remodelaram significativamente o olhar da sociedade em relação à posição da mulher, sua busca por trabalho, independência e direitos e, conseqüentemente, a presença das prostitutas nas ruas das grandes metrópoles do país.

As primeiras transformações – mesmo que não tão visíveis e efetivas – foram sendo notadas alguns anos antes, na década de 1970, com a emergência dos primeiros movimentos sociais. Tal singularidade buscava questionar a falta dos direitos das mulheres e lutar em prol da ressignificação da prostituição como um trabalho reconhecido como qualquer outro, fase que também foi decisiva para a origem do “termo ‘trabalhadores do sexo’ ou ‘profissionais do sexo’, para referir àqueles que exercem a prostituição ou se dedicam ao ‘comércio do sexo’” (RODRIGUES, 2009, p. 69). Contudo, no cenário brasileiro, por exemplo, as ações e políticas voltadas para âmbito público norteadas à questão da prostituição se manifestaram de forma tardia, datando da década de noventa, época que veio acompanhada de uma nova concepção e de novas abordagens nos debates em campo social sobre a prostituição e, assim, sobre os direitos das jovens que exerciam tal ocupação.

Assim, o final do século XX veio acompanhado de novas lutas por causas sociais e políticas que já demandavam certa atenção há muito tempo. Os movimentos sociais ampararam inúmeras outras transformações de extrema importância para o desenvolvimento da questão. É o caso, por exemplo, do significativo aumento de grupos de reflexão e debates que antes contavam apenas com interesse claro e único nas questões jurídicas, morais e relacionadas à área da saúde pública, mas que – com a luta pela ressignificação da prostituição como trabalho e os estudos voltados à questão de gênero – passaram a disputar espaço com a perspectiva da cidadania e dos direitos sociais e humanos. Tal fato é bastante destacado por Rodrigues (2009) em seus estudos sobre a visão da prostituição no Brasil como, fazendo jus ao título de um de seus artigos, “um trabalho como outro qualquer”:

O processo de redefinição e ressignificação das práticas e comportamentos abertos pela transformação da sexualidade em uma qualidade do eu, abriu caminho à adversidade sexual crescente e promoveu o pluralismo, a partir de meados do século 20. Práticas antes consideradas perversão são ressignificadas e realocizadas, como uma preferência entre outras, enquanto expressões da sexualidade (RODRIGUES, 2009, p. 69).

Como rápida contextualização do tema, vale ressaltar que os movimentos sociais e feministas tiveram, de início, como argumentos centrais a busca pelo reconhecimento das profissionais do sexo como cidadãs plenas, assim como o combate contra a discriminação e a violência, principalmente a policial. Essa questão, por sua vez, é também evidenciada por Rago (1991). A autora – corroborando com os princípios mencionados por Rodrigues (2009) – destaca que, impostas pela força policial, muitas prostitutas se viram com a necessidade de mudar seus ‘locais de trabalho’ e, mesmo sem divergir com as autoridades, acabaram por se tornar vítimas de violência simplesmente por estarem presentes em áreas que supostamente não fariam jus à prostituição.

A discriminação e a violência policial, constantes no universo cotidiano das prostitutas brasileiras, em períodos anteriores e na história recente, constituíram o impulso determinante para que surgissem as primeiras organizações (RODRIGUES, 2009, p. 69).

É neste contexto que os movimentos sociais e as primeiras medidas que envolvem o ‘universo do prazer’ passam a ser introduzidas, abordando, então, discussões pautadas e com ênfase nos direitos sexuais e trabalhistas e levantando questões como, por exemplo, a exploração sexual, o tráfico de pessoas e casos de prostituição envolvendo crianças e adolescentes.

3. A PROSTITUIÇÃO COMO UMA QUESTÃO DA ATUALIDADE

3.1. Os movimentos sociais e suas consequências na luta pelos direitos das prostitutas

Ainda que, no Brasil, tenham ocorrido grandes movimentações sociais rumo à busca de uma nova ressignificação da imagem da prostituta frente a uma sociedade patriarcal, vale sublinhar que as primeiras mudanças relacionadas ao tema se estabeleceram – primeiramente e com maior ênfase – nos EUA e na Europa, em especial na Inglaterra e na França. Como exemplo de um dos primeiros e mais significativos indícios dos movimentos sociais, pode-se apontar – como forma de protesto à maneira com que as profissionais do sexo de todo mundo vinham sendo olhadas pela sociedade – a ocupação de uma igreja francesa por prostitutas locais, episódio que acabou se tornando um marco de extrema importância para o reconhecimento dos direitos das prostitutas ao redor do mundo.

No fato, que ocorreu no ano de 1975, cerca de cento e cinquenta trabalhadoras sexuais resolveram se levantar e protestar contra a violência policial, multas, prisões e assassinatos ocupando a Igreja Saint-Nizier, localizada no centro de Lyon, na França. Este protesto histórico – que, mais tarde, veio a se tornar tema de inúmeros livros, documentários e artigos – nomeou o dia 2 de junho como o Dia Internacional da Prostituta, celebrado até hoje com inúmeros congressos, palestras e workshops que abordam a questão das prostitutas e suas vertentes na visão da sociedade contemporânea. A data, além de exercer notável função histórica, deu margem à exteriorização de grupos que lutam em prol dos direitos das mulheres no mundo todo.

O Brasil, por sua vez, recebeu forte influência dessas movimentações internacionais e, anos após o protesto francês, pôde sinalizar o início da luta institucionalizada por meio da realização do I Encontro Nacional de Prostitutas (Rio de Janeiro, 1987). Nele se fundou uma organização central denominada Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), com o objetivo de existir uma entidade que fizesse a intervenção entre as profissionais do sexo, o poder público e a sociedade civil, proposta criada pela prostituta e ativista Gabriela Silva Leite e dona do slogan “*Fala, mulher da vida*”. Entre as mais notáveis reivindicações pautadas ao longo dos, aproximadamente, trinta anos subsequentes à criação do órgão, pode-se citar ações que visam a diminuir os casos de violência policial, assim como trabalhar pela efetivação dos direitos humanos, sexuais,

sociais e trabalhistas voltados para o reconhecimento profissional e da cidadania das prostitutas.

Estes movimentos, entre outros motivos já citados, têm como objetivo elucidar a sociedade para que esta não veja as prostitutas apenas como vítimas, mas como mulheres que pensam, que falam, que agem no mundo e o transformam (REBOLHO; RIBEIRO, 2018, p. 36).

Dessa forma, com o intuito de incentivar, de forma ainda mais direta, a participação de milhares de mulheres no movimento, a Rede Brasileira de Prostituição (RBP) e suas associações são, em sua maioria, coordenadas e lideradas por profissionais do sexo. Estas, por estarem de fato inseridas no meio, procuraram formar diversas associações em todo o território nacional, somando cerca de trinta e cinco órgãos e profissionais ligadas à Rede Brasileira de Prostitutas (RBP).

Além disso, há outras questões destacadas por algumas lideranças envolvidas no âmbito da prostituição que merecem ser sublinhadas, é o caso, por exemplo, da defesa do resgate do termo “prostituta” e da utilização da palavra “puta”. Tais estudiosos e ativistas entendem que “a terminologia adotada [*o uso de nomenclaturas como, por exemplo, “profissionais do sexo” ou trabalhadoras sexuais*”], de certa forma, acaba por mascarar antes de enfrentar o estigma que sempre perpassou a prostituição” (RODRIGUES, 2009, p. 69) e, conseqüentemente, ainda seguindo a mesma linha de pensamento, sustenta a antiga atribuição da prostituta como “mulher devassa, sensual, sem moral, transgressora, etc. enfatizando sentidos sobre a mulher como a origem de todo mal” (FERNANDES; SOUZA, 2013, p. 58).

Essa definição [*‘prostituta’ e ‘puta’*] materializa a posição histórico-ideológica dos médicos sanitaristas em relação à puta, uma vez que, inscritos em uma dada memória discursiva, toma a mulher como libertina, dada aos excessos, que adota tudo o que, nesse momento histórico, é considerado promíscuo (FERNANDES; SOUZA, 2013, p. 65).

Para os autores citados, Rodrigues (2009), Fernandes (2013) e Souza (2013), assim como para a RBP, resgatar tais denominações [*‘prostituta’ e ‘puta’*] significa confrontar, de forma direta, o preconceito e a discriminação que cercam os assuntos ligados à prostituição, contrapondo a imagem adquirida, ao longo dos séculos, pelas prostitutas e também indo contra a propagação do discurso estereotipado, ao mesmo tempo em que incentiva a valorização das mulheres atuantes da área.

Todavia, da mesma forma como ocorre com qualquer espaço de debate, o campo de estudo que envolve a prostituição é pautado por inúmeras vertentes e linhas de pensamento. Antagônica à perspectiva citada anteriormente e seguida, majoritariamente, pelos ativistas, outra dimensão de estudo – esta, por sua vez, dona de um caráter mais conservador e conduzida pelos ideais de estudiosos tradicionalistas como Judith Walkowitz, baseando-se na obra da mesma “*Prostitution and Victorian Society. Woman, Class and the State*” (1980) – julga que tamanho alarde pela luta em defesa das prostitutas e a busca por uma maior visibilidade resulta em um significativo aumento da repressão contra as próprias profissionais do sexo e, conseqüentemente, no reforço do controle sobre as práticas sexuais ilícitas, ao contrário do que seria desejado pelos organizadores dos movimentos sociais.

Legitimando, em partes, esta linha de pensamento, Rago (1991) pressupõe que os estereótipos que contornam os assuntos ligados às práticas sexuais são, por sua vez, reproduzidos nas falas e discursos das próprias prostitutas, o que, para a pesquisadora, diminui a relevância e a credibilidade dos movimentos sociais relacionados à questão de gênero e das lutas a favor dos direitos das prostitutas, uma vez que, ao se tornarem reprodutoras desse discurso, as profissionais do sexo, para a autora, as mais interessadas em se encontrarem livres da discriminação estariam aceitando e reforçando a posição de preconceito.

Vários estudiosos do tema concordam com que, acostumadas a representar o teatro programado pelo freguês e perseguida violentamente pela sociedade, as prostitutas se refugiam por detrás de suas máscaras como forma de autodefesa, desenvolvendo ao interlocutor a imagem que este projeta sobre elas (RAGO, 1991, p. 13).

Vale ressaltar que, independentemente da questão, a discussão entre grupos feministas e diferentes linhas de pensamento continuam presentes mesmo dentro do próprio movimento a favor dos direitos das prostitutas, levantando uma série de pautas relevantes para este artigo, como a questão da prostituição como forma de trabalho.

3.2. Prostituição é trabalho?

Assim como foi mencionado anteriormente, a discussão entre dois grandes grupos discordantes a respeito do exercício da prostituição poder ou não ser pensada como forma

de trabalho tem polarizado de forma evidente o interior do movimento feminista, uma vez que ambos os posicionamentos se baseiam na mulher como elemento central de debate, porém com diferentes perspectivas.

O primeiro grupo é constituído por autoras que se definem como *feministas radicais* e, dessa forma, entendem a prostituição como um ato explícito de submissão – ou até mesmo como uma forma “moderna”, por assim dizer, de escravidão – da mulher. Já o outro coletivo, norteado por *feministas liberais*, compreende a atividade da prostituição puramente como uma escolha. Desta forma, as duas vertentes conflitam entre si acerca da discussão entre se existem alternativas para a prostituta ou se o exercício da profissão é apenas mais uma forma de imposição da sociedade.

Contudo, antes de prosseguir na análise das linhas de pensamento de cada uma das partes, se mostra necessário também entrar em maiores detalhes sobre as particularidades de cada uma das vertentes citadas – *feminismo radical* e *feminismo liberal*. De acordo com a definição de Laura Reif (2019), “o feminismo radical não tem esse nome por ser extremista, mas sim por acreditar que a raiz das opressões sofridas pelas mulheres está nos papéis sociais atribuídos aos gêneros” (REIF, 2019). Isto é, segundo esta linha ideológica, tanto as mulheres quanto os homens devem ser compreendidos, unicamente, em aspecto biológico, abandonando completamente a concepção de gênero e tratando as diferenças entre os sexos apenas como características físicas naturais e isentas de qualquer desigualdade.

Ainda sobre a vertente estudada, vale contextualizar que o *feminismo radical* se manifestou pela primeira vez nos Estados Unidos da América, durante a década de 1960, a partir de obras das escritoras Shulamith Firestone (1945 – 2012) – fundadora do grupo da segunda onda *New York Radical Women* e autora do manifesto “*A Dialética do Sexo: Razões para a Revolução Feminista*” (1970) –, Judith Brown e Beverly Jones, sendo estas as criadoras do manifesto feminista radical “*Toward a Female Liberation Movement*” (“Rumo à um Movimento de Libertação Feminina”, 1968). Tais feitos foram apenas o ponto que deu início a uma luta que duraria muito tempo, assim como os trabalhos das autoras mencionadas – *Firestone, Brown e Jones* – se tornaram documentos de grande valor para caracterizar alguns dos ideais do movimento até os dias atuais.

Já o *feminismo liberal*, conceituada como a vertente mais antiga do movimento, surgiu, durante a Revolução Francesa (1789 – 1799), com a publicação da obra “*A Vindication of the Rights of Woman: With Strictures on Political and Moral Subjects*” (“Uma Reivindicação pelos Direitos da Mulher”, 1792), escrita por Mary Wollstonecraft (1759 – 1797). Ao contrário do chamado RadFem – ou *feminismo radical* –, essa dimensão de pensamento tem como finalidade principal viabilizar a igualdade entre mulheres e homens, mesmo que de forma gradativa. Ainda de acordo com Laura Reif (2019), “o foco não é abalar as estruturas, mas sim inserir as mulheres dentro delas. Por isso, a importância da representatividade feminina no Congresso e em posições de liderança e poder” (REIF, 2019).

Posto que as principais características de cada um dos movimentos já foram esclarecidas, é indispensável retomar a questão primária do subcapítulo do artigo: a prostituição como forma de trabalho. Desta maneira, vale mencionar que o primeiro grupo – *feminismo radical* –, assim como citado anteriormente, defende as atividades ligadas ao universo do prazer como um sinônimo da dominação masculina, o que resulta da restrição da liberdade da figura feminina e, conseqüentemente, na perda de seus direitos como cidadãs plenas.

Tal linha de pensamento é mais bem esclarecida e elucidada por Pasini (2005), que, embora não tome partido definido de nenhuma das vertentes do movimento em sua obra, divide, nitidamente, as diferentes visões acerca do tema.

A partir desta premissa, as mulheres – prostitutas – seriam objeto dos homens, os quais a partir do exercício da prostituição poderiam provar o controle e o poder sobre as mulheres. Essa opressão das mulheres pelos homens se daria apenas por elas serem do sexo feminino (PASINI, 2005, p. 02).

Assim como Pasini (2005), outras autoras, como Raymond (2003) e Fonseca (1996), também abordam o tópico da prostituição entendida como forma de trabalho em suas respectivas obras. A primeira (Raymond, 2003), em seu estudo intitulado “*Não à legalização da Prostituição: 10 razões para a prostituição não ser legalizada*” (2003), deixa seu parecer sobre o tema nítido à primeira vista e acredita que a atividade da prostituição é usada, única e exclusivamente, como recurso de sobrevivência. Isto é, seguindo tal linha de pensamento, independentemente de suas motivações, a prostituta jamais poderia ser nomeada “profissional do sexo”, uma vez que – por ser a última

‘escolha’, por assim dizer, da mulher – a prostituição não poderia sequer ser chamada de trabalho.

Fonseca (1996), por sua vez, opta por tomar um posicionamento contrário. A autora, em seu texto “*A dupla carreira da Mulher Prostituta*” (1996), declara a importância do exercício de uma profissão pela figura feminina – independentemente de qual seja e incluindo a prática da prostituição –, entretanto, ela também enfatiza que a prostituta possui outras diversas redes de interação, como a família, relacionamentos amorosos, etc. Afinal, como valida Banuth e Barbosa-Ferreira (2015), “a prática profissional, que é um dos pilares da identidade individual, influencia nessas redes e como elas são significadas pelas mulheres” (BANUTH; BARBOSA-FERREIRA, 2015, p. 7).

Dessa forma, vale ressaltar que, percorrendo a linha de pensamento seguida pelo *feminismo liberal* – adotado, majoritariamente, por acadêmicas e militantes de organizações –, a prostituição feminina, como já foi mencionado anteriormente, pode ser entendida como um ato pleno de escolha da mulher, uma vez que, dentro de um campo de possibilidades, a figura feminina detém de total discernimento dos possíveis ganhos e perdas que poderiam ser ocasionados ao optar por seguir o caminho das relações de prazer.

Para as contratualistas [*feministas liberais*], a prostituição é um trabalho, uma vez que as prostitutas estabelecem um contrato a partir de uma combinação especificando um tipo de trabalho por um período de tempo e uma quantidade de dinheiro. A prostituição deve ser considerada como um trabalho qualquer pois, afinal, mantém a lógica do mercado capitalista, sim, a prostituição é uma transação comercial (PASINI, 2005, p. 03).

No entanto, neste embate, a vertente que alcançou maior visibilidade e, assim, pôde ter seu ponto de vista examinado pelas autoridades foi o *feminismo liberal*. O Código Penal brasileiro data de 1940, entretanto, não houve grandes mudanças daquela época para os dias atuais. No momento presente, a atividade da prostituição por si só não é e nem pode ser considerada crime, desde que seja praticada por mulheres e homens com mais de dezoito anos, idade em que o indivíduo atinge a maioridade no Brasil. Entretanto, vale ressaltar que, de acordo com o art. 230 do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940, “manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente” se enquadra no crime de rufianismo, podendo ter como penalidade reclusão de dois a cinco anos e multa.

Em 2002, a prostituição passou finalmente a ser reconhecida como forma de trabalho, o que proporcionou a um número incontável de mulheres e homens a possibilidade de usufruir de seus direitos como cidadãos e trabalhadoras. Todavia, o debate a respeito do tema – que, por sua vez, contou com a participação de importantes representantes de instituições ligadas à defesa dos direitos das prostitutas – começou a ser introduzido em âmbito público, sob o comando do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), dois anos antes, em 2000. Assim, além de levantar as novas questões que envolvem o universo da prostituição brasileira, a discussão também contornou diferentes esferas sociais que atuam em prol dos direitos humanos para a inclusão da prostituição como atividade merecedora de todos os direitos trabalhistas para a nova versão da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), documento que possui a função de representar a realidade de todas as profissões que estão presentes no mercado de trabalho brasileiro.

Dessa forma, além de reconhecer de forma plena a atividade da prostituta como trabalho, podendo oficialmente nomeá-la como ‘profissional do sexo’, a nova Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) também passou a atender o desejo do movimento em prol das prostitutas de “retirar tudo o que diz respeito à prostituição do Código Penal, tratando as questões relacionadas à atividade, na esfera da legislação trabalhista” (RODRIGUES, 2009, p. 70).

A legislação brasileira sobre o exercício das atividades na prostituição reconhece desde 2002 a profissão de prostituta como uma ocupação. Neste ano o Ministério do Trabalho oficializou a profissão em sua Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), item 5198, como contribuição facultativa ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), número de inscrição 1406, código da atividade 5198-05, definindo quem a pratica como sendo profissional do sexo, garota de programa, garoto de programa, meretriz, messalina, michê, mulher da vida, prostituta, puta, quenga, rapariga, trabalhador do sexo, transexual (profissionais do sexo) e travesti (profissionais do sexo). Isto permite que quem se prostitui possa recolher contribuições previdenciárias, como profissional do sexo, e garantir direitos comuns a todos os trabalhadores e trabalhadoras, como aposentadorias e auxílio doença. Claro que quem trabalha na prostituição podia e pode recolher contribuições previdenciárias declarando outra atividade, o que muitos e muitas ainda preferem ou por ignorância da regulamentação ou por autopreconceito (RODRIGUES, 2014, p. 13).

Além disso, há uma série de outros pontos que chamam a atenção no documento da CBO, na classificação 5198-05, que faz referência às profissionais do sexo. Entre eles,

a descrição sumária, capítulo em que o Ministério do Trabalho define detalhadamente que as mulheres e homens que exercem tal atividade “buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em ações educativas no campo da sexualidade” (BRASIL, 2002). Ainda enfatizando que “as atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam a vulnerabilidade da profissão” (BRASIL, 2002).

Tal documento ainda esclarece, no tópico “Formação e Experiência”, que a prostituta deve participar ativamente de oficinas sobre saúde e educação sexual para poder exercer a profissão, além de explicitar – no capítulo “Condições Gerais de Exercício” – os diversos locais em que os profissionais do sexo podem atuar, evidenciando que os mesmos “trabalham por conta própria, em locais diversos e horários irregulares. No exercício de algumas atividades podem estar expostos a intempéries e discriminação social” (BRASIL, 2002).

Dentre as inúmeras vitórias conquistadas pelo movimento que luta em prol dos direitos das prostitutas, pode-se afirmar que a incorporação da ocupação na legislação do Ministério do Trabalho é um dos, senão o maior e mais importante, triunfo da causa, simbolizando um enorme avanço na forma como as políticas públicas do país têm abordado a questão da prostituição nos últimos séculos.

A valorização das entidades da categoria e o engajamento dos/as “profissionais do sexo” em entidades dessa natureza têm demonstrado ser uma questão crucial para o combate à sua exclusão e discriminação, bem como para a conquista da sua cidadania. Os êxitos inscritos nessa iniciativa são insuficientes para modificar o estatuto formal da prostituição ou seu reconhecimento como profissão; circunstâncias que demandariam outro tipo de iniciativa e legislação (TEIXEIRA RODRIGUES, 2003, apud RODRIGUES, 2009, p. 71).

Contudo, vale destacar que, independentemente do ato de se prostituir não ser, de fato, julgado como um crime no Brasil desde o ano de 2002, as atividades ligadas ao universo do prazer sempre foram, de uma forma ou de outra, tidas como delitos. Ou seja, prostitutas constantemente são sentenciadas por transgredir a lei por meio de justificativas como o tráfico de drogas, exploração sexual, entre outras e, apesar da incorporação da prostituição na legislação do Ministério do Trabalho ter se tornado uma grande conquista do movimento feminista, tal êxito está correndo enorme risco de desaparecer.

Como citado anteriormente, desde 2010, as profissionais do sexo possuem a possibilidade de cadastro no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) expondo sua real

profissão [*a prostituição*] e, assim, usufruir de uma série de benefícios trabalhistas, como auxílio-doença – direito concedido ao segurado caso ele esteja temporariamente incapacitado de trabalhar por conta de doença ou acidente. Contudo, tais perspectivas não são o suficiente para que a prostituição seja, de fato, regulamentada no país.

Com a posse do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro e, conseqüentemente, a ênfase na bancada conservadora do Congresso, a CBO se tornou um dos principais alvos do governo. Todavia, as dificuldades enfrentadas pelas prostitutas já vêm acontecendo desde 2016, quando o ex-deputado federal Flavinho, do PSC-SP (Partido Social Cristão), propôs um projeto de lei para criminalizar o consumo da prostituição e ainda para remover o termo “profissionais do sexo” da Classificação Brasileira das Ocupações.

Assim, o PL (Projeto de Lei) 6127/2016, direcionado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, propõe alterar o Decreto-Lei No 2.848, de 7 de dezembro de 1940, do Código Penal e ainda acrescentar no documento mencionado a penalidade – de seis meses a um ano de detenção mais multa – para quem, de acordo com o Art. 230, “acordar ou contratar pessoa, por qualquer meio, mediante pagamento ou promessa de recompensa, com intuito de obter conjunção carnal ou a prática de outro ato libidinoso” (BRASIL, 2016). Isto é, “enquanto países como Espanha, França e Holanda estudam e aprovam medidas para tratar a prostituição como uma demanda de segurança e saúde pública, o Brasil pode acirrar a invisibilização dessas mulheres” (CALDAS; CREMASCO; FERRI; PASSARELLA, 2018).

Além da ameaça de uma possível aprovação dos projetos propostos pelo ex-deputado do PSC-SP, outra questão de grande preocupação das ativistas, feministas, líderes e representantes dos movimentos ligados à prostituição é o fato de uma provável legitimação do discurso conservador do atual presidente, assim como de sua equipe, resultar no aumento da violência física e verbal às profissionais do sexo, em especial às prostitutas de rua.

Ainda que o Brasil tenha sido um dos últimos países latino-americanos a admitir uma legislação própria e dedicada à proteção da figura feminina contra violência de qualquer caráter, no país, a agressão às mulheres, associada à prática sexual ou não, é – de acordo com a Lei N° 11.340, de 7 de agosto de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha – tida como crime. Entretanto, a realidade vivenciada pelas prostitutas

é outra e a discussão que contorna os assuntos ligados à violência são, de certa forma, omitidos quando se trata do âmbito da prostituição.

De acordo com inúmeros apoiadores do movimento feminista, a consolidação de um governo com ideais de caráter mais conservador no país vem acompanhada, além da legitimação de discursos e atos contra os moldes estipulados pelos direitos humanos, de uma acentuação do Estado Policial e, conseqüentemente, do estímulo a modelos de comportamentos violentos deste.

Tal fato evidencia, ainda mais, a importância de uma maior representatividade de ativistas e feministas no poder, tópico que, embora seja destacado por diversos autores contemporâneos, ainda se mostra distante de alcançar os números desejados.

Várias prostitutas já se candidataram a cargos legislativos, mas nunca eleitas. Gabriela Leite, que fazia ponto na Boca do Lixo, em São Paulo, e na Vila Mimosa, no Rio, antes de criar a Rede Brasileira de Prostitutas e depois a grife Daspu, foi candidata pelo PV, em 2010. Indianara Siqueira chegou a ter a candidatura indeferida pelo PSOL-RJ após uma campanha turbulenta para vereadora, em 2016. Cida Vieira, ex-presidente da Associação das Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig), se lançou a deputada federal em 2018 (CALDAS; CREMASCO; FERRI; PASSARELLA, 2018).

3.3.A prostituição em tempos de pandemia: como a COVID-19 intercedeu nas relações das profissionais do sexo

Visto que a linha do tempo da prostituição e, conseqüentemente, das questões que contornam as práticas libidinosas foi sendo traçada ao longo do trabalho, abordando, por sua vez, a profissão desde a Antiguidade até a atualidade, passando por diferentes olhares da sociedade e o surgimento de novos estereótipos acerca do tema, se mostra também relevante para esta monografia discorrer sobre um tópico presente em um contexto ainda mais contemporâneo: a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2).

Desde o início de janeiro de 2020, o mundo experenciou um período de grandes transformações e mudanças, isto devido ao surgimento de um novo vírus que rapidamente se alastrou pela população de inúmeros países. Imediatamente após o anúncio da doença em questão – que teve seu primeiro caso na cidade de Wuhan, na China, ainda em dezembro de 2019 – a palavra *pandemia*, originária do grego *pandemias* (DICIO, 2020),

rapidamente foi integrada à vida cotidiana. Isso gerou a readaptação nos cenários políticos e sociais, que resultaram na criação de diferentes respostas e protocolos para tal ameaça, convocando – em um contexto jamais visto antes pela sociedade moderna – as populações ao redor do mundo a parar (BERARDI, 2020).

Uma situação nunca vivida para toda uma geração e que é resultante da possibilidade de contágio pelo COVID-19 foi imperativo de isolamento social. Sendo convocadas a ficar em casa, tivemos que nos rearranjar a partir de organizações provisórias de rotinas e funcionamentos. A rua enquanto grande espaço onde a vida cotidiana ocorria vai sendo compulsoriamente esvaziada, ao passo em que as mais diversas instituições, percebendo progressivamente o perigo iminente da pandemia vão paralisando as atividades (CAVALCANTI, 2020, p. 02).

Assim, a tragédia social, que veio somada a inúmeras adversidades em âmbito trabalhista, da saúde, das relações interpessoais, entre outros, ocasionada pelo surgimento do novo coronavírus, “reposicionou as discussões sobre o perfil da política econômica de uma nação como a brasileira, bem como o modelo de Estado necessário para lidar com uma sociedade marcada por variadas e acentuadas desigualdades” (ROMFELD, 2020, p. 08).

É, então, no contexto mencionado de enfático contraste social, que se faz de extrema importância abranger as profissionais do sexo no panorama do surgimento da COVID-19. Como mencionado anteriormente, a bancada conservadora do atual governo se inclina a questionar o reconhecimento integral da prostituição como profissão, mesmo que esta seja caracterizada como ofício pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), desde 2002. Isto, se somado às dificuldades do poder em aplicar práticas de saúde eficazes contra o novo coronavírus, resultou no aumento significativo durante a pandemia de diversos obstáculos já antes enfrentados pelas profissionais do sexo, fato que também é evidenciado por Romfeld (2020).

Segundo o autor, com o fechamento, por imposição das prefeituras municipais, dos espaços ligados às práticas da prostituição, como bares, baladas, hotéis e motéis, entre outros, que antes eram frequentemente visitados pelas profissionais do sexo, as prostitutas foram levadas a se situar, a todo momento, nas ruas e ao ar livre, locais em que começaram a sentir, de forma significativa e em diversos âmbitos, os primeiros indícios da pandemia e do isolamento social. Tal fato, ainda se somado à interrupção de voos e viagens turísticas rumo às grandes metrópoles brasileiras e outros pontos dedicados ao turismo, fez com que o mercado sexual evaporasse quase que por completo.

Esta realidade hostil certamente tem atingido trabalhadoras sexuais de todo o país, perpetuando a subcidadania historicamente construída em relação a este grupo de trabalhadoras. Fatalmente, o dilema de muitas prostitutas oscila entre respeitar o isolamento social – sem obter renda suficiente para comer e para arcar com dívidas – e continuar trabalhando, correndo o risco de se contaminar e transmitir o vírus (ROMFELD, 2020, p. 07).

O dilema apresentado por Romfeld (2020), por sua vez, se mostra evidentemente como uma escolha irresponsável e injusta, ainda mais se ponderado ao fato de que as prostitutas sempre se mantiveram em uma posição inferiorizada na pirâmide social. Se antes essas mulheres estavam sujeitas à violência, podendo esta vir da força policial, dos clientes ou até mesmo das próprias “colegas de trabalho”, por assim dizer, apenas por se encontrarem nas ruas, atualmente, com o risco de contágio iminente do novo coronavírus nos espaços públicos, as que priorizam respeitar as medidas de isolamento social são ameaçadas pelo risco de fome e dificuldades financeiras.

Dessa forma, ainda de acordo com os estudos feitos por Romfeld (2020), a grande maioria dessas mulheres não interromperam seus trabalhos por completo, apenas se adequaram à situação, passando a fazer programas em locais sem qualquer segurança e, assim, “fazendo com que aumentassem os relatos de prejuízos e das violências sofridas” (ROMFELD, 2020, p. 07), uma vez que, tendo em vista a escassez de clientes e o numeroso volume de profissionais do sexo em busca de trabalho, tais mulheres passaram a disputar entre si a pouca clientela que procuram por seus serviços.

Cavalcanti (2020), corroborando com a ideia de Romfeld (2020), cita a percepção de um movimento duplo das trabalhadoras sexuais em situações nítidas de precariedade. A autora aponta um movimento contínuo e incessante de expulsão das profissionais do sexo para as ruas das grandes metrópoles, afirmação que já foi mencionada anteriormente no decorrer do trabalho e que vem se mostrando presente no cotidiano das prostitutas em diversos momentos da história. Em seus estudos sobre o tema, a psicóloga ainda ressalta, em um segundo momento, a mobilidade causada pelas atuais condições sanitárias e de saúde, pelo esvaziamento das ruas e, mais uma vez, pelo afastamento de tais mulheres no ambiente público e reinserção delas “não para estabelecimentos onde elas possam desenvolver estratégias de subsistência segura, mas sim uma expulsão imediata para qualquer outro lugar que não importa ao Estado” (CAVALCANTI, 2020, p. 02).

O duplo movimento de expulsão das mulheres prostitutas que trabalham na rua, se faz parecer ser efeito de medidas sanitárias do contexto atual, contudo fala de

um conjunto de práticas que apenas se atualizam, mas que são presentes desde muito tempo (CAVALCANTI, 2020, p. 03).

Tal condição se tornou pauta de diversos debates sociais e foi incorporada na fala de ativistas, líderes de movimentos sociais e estudiosos ligados à luta em prol dos direitos humanos. É o caso, por exemplo, de Carmen Silva, coordenadora do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), que norteou uma argumentação sobre a complexidade das medidas restritivas e do isolamento social para aqueles que não tem onde morar, como é o caso de muitas profissionais do sexo. A líder do movimento salienta, em seu texto “*Sete verbos para se conjugar o morar*” (2020), que as diversas políticas públicas propostas durante o período de pandemia não fazem jus à realidade vivida por grande parte da população brasileira, uma vez que o governo não pondera sob as diferentes realidades territoriais do país.

Sendo assim, aprofundando mais uma vez no contexto da prostituição e ciente de que as atuais medidas de saúde ocasionam um efeito direto naquelas que dependem das ruas para a sobrevivência imediata, vale ressaltar que, como medida para solucionar tais adversidades que surgiram em consequência da pandemia da COVID-19, a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, lançou, no início do mês de abril de 2020, uma cartilha contendo algumas recomendações, por assim dizer, direcionadas ao público LGBTQ+ e polemizou ao dedicar um espaço para as profissionais do sexo.

No documento intitulado “*Já sabe o que fazer para se proteger do novo coronavírus?*” (2020), a ministra recomenda a busca por redes de apoio, seguir o isolamento social e as medidas das autoridades locais, não compartilhar objetos pessoais, além de sugerir, como solução da falta de renda fixa, a profissionais do sexo a realização de seus serviços de maneira virtual. Ou seja, mais uma vez desconsiderando que muitas dessas mulheres, especialmente aquelas mais pobres, não contam com ferramentas da internet, redes sociais e nem aparatos tecnológicos para que possam exercer a profissão fora das ruas.

É, no entanto, diante das cenas mencionadas e da falta de reconhecimento das necessidades e de capacidade de assessoria por parte do governo às profissionais do sexo, que medidas distintas e ações sociais organizadas por entidades que lutam e protegem tais

mulheres se estabelecem com o intuito de auxiliar na prevenção e solução dos obstáculos enfrentados pelas prostitutas durante a pandemia do novo coronavírus.

3.4. Ações sociais e auxílios dedicados à prostituição para proteção do novo coronavírus

Assim como foi apresentado anteriormente, uma vez inteiradas da insuficiência de recursos e informações por parte das prostitutas em tempos em que o isolamento social é recomendado, diversas organizações não-governamentais se atentaram aos apuros vividos por estas profissionais e, assim, passaram a adotar inúmeras ações de resposta rápida, tais como a criação de incontáveis redes de coleta e distribuição de alimentos e produtos de higiene e a reprodução de uma série de medidas que visam reduzir os danos sofridos pelas trabalhadoras sexuais neste contexto.

É o caso, por exemplo, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que ciente da estatística de que cerca de 90% da população trans desfruta da prostituição como única ou principal fonte de renda (ANTRA, 2020), desenvolveu e disponibilizou, em material físico e online, o manual intitulado *“Dicas para travestis e mulheres trans profissionais do sexo em tempos de COVID-19”* (2020). O documento em questão aponta para a realidade vivida por tais trabalhadoras e se comunica, de maneira horizontalizada, simples e direta, com as próprias prostitutas a respeito dos possíveis prejuízos e riscos que podem vir a ter e as estratégias que devem ser tomadas diante do atual cenário no âmbito da saúde e economia. Como despertar a atenção do público alvo para os sintomas da doença e recomendar o devido momento para a procura de um médico ou especialista de saúde.

Além disso, a entidade aponta para a importância de evitar locais como bares, academias, boates, saunas, clubes de swing ou festas, da mesma forma como aconselha, em casos viáveis, que a prostituta opte por oferecer trabalho de forma virtual, via webcam ou plataformas online. Contudo, uma vez consciente de que a modalidade online gera significativamente menos lucro que o ofício nas ruas e que o acesso à internet não faz parte da realidade da maioria da população brasileira, salienta que, caso esta não seja uma

possibilidade, a profissional deve preferir por motéis e outros estabelecimentos de rápido contato, evitando ao máximo receber clientes em sua própria casa.

Para as profissionais do sexo que priorizam e decidem não se afastar do trabalho nas ruas, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) dedica um fragmento específico da cartilha, indicando uma série de medidas preventivas para diminuir as chances de contágio. É o caso, por exemplo, do uso de máscaras, álcool em gel, luvas e lenços descartáveis, manter distância de outras trabalhadoras sexuais, não compartilhar objetos – incluindo aqueles que estão diretamente associados ao consumo de substâncias ilícitas – com outras prostitutas ou com o público pagante, além de guardar as roupas utilizadas durante o programa em um saco plástico até lavá-las e sempre tomar banho após as relações sexuais. Além desses e outros inúmeros alertas, a organização instrui tais mulheres para os cuidados com a limpeza íntima e as adverte sobre o uso de álcool em locais não recomendados, uma vez que, pela falta de informação, tal atitude se mostrou muito frequente e resultou em danos à saúde de diversas prostitutas. Por fim, para auxiliar e minimizar a perda de renda em tempos de pandemia, o coletivo ainda propõe a divisão de moradia e, conseqüentemente, das contas e despesas.

Assim, vale voltar a atenção ao fato de que nos diferentes documentos e cartilhas que foram disponibilizados para o auxílio das profissionais do sexo a respeito das medidas mais seguras a serem adotadas durante a pandemia do novo coronavírus, todas as entidades responsáveis se dedicaram a adotar um vocabulário simples e direto, fazendo uso até mesmo de gírias, para se aproximar do público alvo. Fato que se mostrou de extrema importância para o contato com tais profissionais, assim como para o seu entendimento, ponto que, nitidamente, não foi alcançado pela maioria dos documentos oficiais idealizados pelo governo e pelas entidades de saúde.

Contudo, além dos produtos já mencionados, vale ressaltar a importância da criação de medidas práticas por diversas organizações não-governamentais e ligadas ao movimento das prostitutas e LGBTQ+. É o caso, por exemplo, da Casa Nem, uma associação sem fins lucrativos que atende travestis, transexuais e transgêneros no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro. A entidade, em parceria com a Coordenação Especial da Diversidade Sexual, sofreu algumas alterações e se transformou em um abrigo para a desinfecção e troca de roupas, além de arrecadar vestimentas e mantimentos que, ao longo do período atual, foram distribuídos para as profissionais do sexo.

Nesse contexto, faz-se relevante também evidenciar o auxílio emergencial como política pública adotada ainda no início da pandemia e disponibilizada pelo Governo Federal para trabalhadores informais. Ao longo do período atual, diversos setores da sociedade brasileira demonstraram a indispensabilidade desse suporte financeiro, entretanto, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelas profissionais do sexo e sabendo que as mesmas se adequam aos pré-requisitos estipulados pelo governo para o direito à assistência, o movimento das prostitutas pautou diversas discussões sobre o tema.

De acordo com líderes de tais movimentos e ativistas, apesar do trabalho sexual ser possível de maneira remota, por meio de plataformas online, por exemplo, é de extrema importância levar em conta que, em um país com tamanha desigualdade quanto o Brasil, nem todas as prostitutas possuem acesso a tais artifícios. Decerto, as profissionais do sexo que atuam apenas nas ruas e não fazem parte das classes superiores ou médias, fato que está diretamente vinculado ao acesso à informação e tecnologia, se encontram em situações de maior vulnerabilidade e, conseqüentemente, encontram maiores dificuldades para enfrentar os obstáculos do cenário atual. Tal linha de pensamento é citado, mais uma vez, nos estudos de Romfeld (2020):

Precisamos reconhecer que, mesmo partindo da premissa de que recebam o auxílio em questão, o seu valor seria insuficiente diante dos rendimentos mensais que percebiam enquanto trabalhadoras sexuais. Reforço, neste texto, que não é adequado tratar a prostituição no singular, mas sim em sua diversidade social, laborativa e inclusive geográfica. Costumo dizer que questões sociais complexas não podem ser tratadas com medidas simplistas e superficiais. Ainda que seja completamente favorável à concessão do auxílio emergencial às prostitutas, entendo ser necessário refletir sobre quais seriam as destinatárias preferenciais desta (e de outras) políticas(s) pública(s) (ROMFELD, 2020, p. 07-08).

Assim, reforçando os dizeres do autor, a outorga do auxílio emergencial às prostitutas – apesar de se mostrar de extrema importância – não pode ser considerada, de forma alguma, como uma saída definitiva às adversidades que caracterizam a profissão. Romfeld (2020) ainda enfatiza que “as dificuldades enfrentadas pelas prostitutas permanecem, sobretudo num país que insiste tratar essa forma de trabalho em perspectivas profundamente estigmatizantes” (ROMFELD, 2020, p. 08). Uma vez que, se mesmo antes do surgimento do novo coronavírus, tais profissionais já eram observadas pela sociedade de forma evidentemente discriminada e estereotipada, sendo muitas vezes associadas à transmissão de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), agora, no

contexto pandêmico, essas mulheres também são responsabilizadas pela propagação e disseminação da COVID-19.

Dessa forma, vale ainda ressaltar que a pandemia do novo coronavírus, enfim, apenas reforçou a ausência de engajamento, por parte do governo, com a defesa dos Direitos Humanos, sobretudo ao se tratar das minorias sociais. De acordo com o parecer proposto por Romfeld (2020), “este viés atinge em cheio a vida de grande parte das trabalhadoras sexuais, as quais seguem sem perspectivas de governos minimamente democráticos que acolham suas pautas” (ROMFELD, 2020, p. 09).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a Antiguidade até os dias de hoje, o conceito e os estereótipos que contornam a prostituição passaram por diversos períodos de transformação, a partir do deslumbramento pelo corpo feminino e, assim, da concepção das prostitutas como algo de certa forma divino, passando pela rejeição a essas mulheres e finalmente chegando à atualidade, período em que, embora a prostituição seja reconhecida como profissão pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), desde 2002, as prostitutas ainda confrontam inúmeras formas de preconceito a respeito das temáticas que circundam o universo do prazer e das práticas libidinosas.

Sabendo disso, vale ressaltar que a proposta inicial deste trabalho era realizar um amplo projeto de pesquisa em campo e entrevistas nas ruas da capital paulista, com finalidade de relatar, por meio de um livro-reportagem, as distintas histórias, trajetórias e motivações das prostitutas que residem na cidade de São Paulo. Entretanto, o projeto tornou-se inviável por conta de uma série de fatores. O primeiro deles foi a pandemia do novo coronavírus que, mais tarde, acabou por se tornar tema de um dos subcapítulos do trabalho e, conseqüentemente, a necessidade de nos mantermos em isolamento social, fato que resultou em grande dificuldade de contatação das profissionais do sexo, uma vez que, além da impossibilidade de transitar livremente em espaços públicos, houve obstáculos para encontrá-las nas redes sociais.

Além disso, se mostra necessário também frisar que, além do contexto atual no âmbito da saúde pública, o período de realização do Trabalho de Conclusão de Curso coincidiu com um importante aspecto pessoal: minha primeira gestação, momento que, por si só, veio acompanhado de numerosas mudanças, responsabilidades e a necessidade de se moldar aos novos acontecimentos. Sendo assim, a solução encontrada foi a alteração e adequação da proposta inicial que, como mencionado, possuía caráter de livro-reportagem e abordagem literária para uma monografia com extenso trabalho de investigação teórica.

Este projeto, então modificado, dispôs de principal objetivo a identificação e análise de como a sociedade, desde seus primórdios até a atualidade, percebeu e ainda percebe a prostituição e, conseqüentemente, as questões que a ela se referem, abordando outros diversos tópicos que se tornaram relevantes para este contexto. Como a tese de

como a figura da prostituta influenciou na formação do imaginário social do sexo feminino como um todo; o parecer e opinião dos médicos e profissionais da saúde quanto a esta questão; a relação com o uso de substâncias ilícitas e a propagação das IST's (Infecções Sexualmente Transmissíveis); as adversidades para o reconhecimento da prostituição como profissão e, conseqüentemente, o surgimento dos movimentos sociais que lutam em prol dos direitos destas mulheres; além de levantar a questão dos obstáculos enfrentados por tais mulheres no panorama atual da pandemia do novo coronavírus; e, assim, abordando também o assunto da prostituição pela visão dos literários e, em um contexto mais recente, da mídia e dos diferentes produtos e veículos midiáticos. Sendo assim, para garantir o embasamento teórico e a contextualização do objeto de estudo em questão, conta no referencial teórico capítulos que explicam e melhor se aprofundam nos tópicos mencionados.

A partir das informações obtidas com base na leitura de diversos estudos e contando com os processos examinados neste trabalho, pôde-se evidenciar que a imagem da prostituta, em especial, no Brasil, sofreu diversas modificações.

Assim como foi destacado no primeiro capítulo, *Panorama Histórico*, o Período Primitivo contou com forte adoração religiosa à figura da prostituta, significação que, por sua vez, se conservou por muitos séculos até a centralização do homem como ser incumbido das responsabilidades familiares, o que resultou na mulher (e suas funções sociais, familiares, profissionais, entre outras) como uma figura que deveria permanecer em segundo plano, influenciando, assim, a imagem da prostituta frente às questões sociais. Tais tópicos referentes à moralidade da mulher foram, então, ampliados pelos sacerdotes hebreus e, mais tarde, pela religião cristã, uma vez que os conceitos pregados pelos mesmos julgavam a sexualidade feminina como algo de certa forma pecaminoso e pertencente apenas à procriação. Ou seja, a mulher encarregada apenas de cuidar dos assuntos referentes ao casamento e à maternidade.

Isso, se somado a outros aspectos históricos sublinhados no primeiro capítulo do trabalho, resultou na separação, em âmbito simbólico, da mulher como “rainha do lar” (*moralidade*) e a figura da “prostituta” (*imoralidade*), excluindo assim qualquer aspiração pessoal ou interesse que esta segunda poderia ter, como a vontade de se casar ou ter filhos, já que ela estaria destinada, única e exclusivamente, a satisfazer o desejo dos homens. Questão que, por sua vez, foi apresentada também nos estudos médicos e na

esfera da saúde, uma vez que os mesmos entendiam a prostituta e o universo das práticas libidinosas – que, com a expansão do capitalismo e a chegada de produtos internacionais, resultou na maior circulação de substâncias ilícitas – como grandes influenciadoras e corrompedoras da sociedade considerada respeitável.

Neste contexto, em um cenário em que a medicina, juntamente com Igreja e o Estado, procurava disciplinar a figura do sexo feminino, surgiram os primeiros indícios dos movimentos feministas. Assim, os avanços e obstáculos enfrentados pelos movimentos sociais das prostitutas brasileiras, visando à garantia de cidadania e, em consequência, confrontando diversas formas de discriminação foram evoluindo e se apoderando de novas conquistas, em especial no campo no trabalho.

Como foi destacado posteriormente no trabalho, a legislação reconhece, desde 2002, a prática em questão como profissão em sua Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), avanço que previu a obtenção de outros diversos direitos por estas mulheres. Entretanto, embora tal conquista seja digna de destaque, a realização desta monografia buscou comprovar – de forma perceptível e juntamente com as conclusões observadas ao refletir sobre como as trabalhadoras sexuais vêm sendo tratadas durante a pandemia do COVID-19 – que o movimento das prostitutas brasileiras ainda tem muitas batalhas a serem vencidas para que os estereótipos sejam, enfim, deixados para trás. Além da constatação de que a visão da sociedade perante estas profissionais é igualmente retrógrada se comparada ao olhar da comunidade ao longo dos séculos passados. Fato que pode ser comprovado, por exemplo, pela bancada conservadora do atual governo que ameaça extinguir inúmeras das conquistas do movimento.

Esse conservadorismo é, por sua vez, resultado de séculos de preconceitos perpetuados por publicações literárias e, em contexto atual, por matérias jornalísticas. Deste modo, é importante, mesmo que brevemente, ressaltar que a literatura foi significativa influenciadora ao se tratar da formação do imaginário social feminino, em especial, da figura da prostituta.

De acordo com estudos feitos para a realização desta monografia, há uma nítida distinção entre os romances escritos e publicados por homens, que, em sua maioria, demonstraram o constante desejo de punição da mulher, e por mulheres, que, de certa forma, admiraram a liberdade da figura da prostituta e apresentaram um olhar mais

humano em relação a mesma. Isso reforçou nitidamente a linha divisória e antagônica entre as já mencionadas “mulheres honestas” e “meretrizes”.

Essa segmentação não é, por sua vez, encontrada nas publicações jornalísticas. Entretanto, pode-se afirmar que há um importante ponto de destaque em comum entre estes dois produtos [*literatura e matérias jornalísticas*]: o uso da palavra prostituição como um conceito referente a uma situação de empobrecimento moral e vitimismo da profissional do sexo.

Assim, no contexto atual, a mídia desfruta do encargo de maior influenciadora e propagadora do discurso preconceituoso que cerca o universo da prostituição e suas questões, já que, muitas vezes, tende a reproduzir um discurso sensacionalista e veicular apenas matérias de âmbito policial e criminal. Tal fato, como já foi aludido no decorrer do trabalho, induz – diretamente – na formação da opinião pública a respeito de diversos temas sociais, o que evidencia a importância do jornalista de pautar temas que desassocie a figura da prostituta às questões já apresentadas e se atentar na linguagem utilizada ao reproduzir um fato e publicar uma matéria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José de. **Lucíola**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2010. 159 p.

ALENCAR, Sílvia Sampaio de. **Prostitutas Reconfiguradas: artimanhas da marca Daspu na visibilidade dos meios impresso e digital**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2012. 191 p.

AMERICANO, Jorge. **São Paulo Naquele Tempo (1895 - 1915)**. São Paulo: Carrenho, 2004. 432 p.

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (org.). **Dicas para Travestis e Mulheres Trans Profissionais do Sexo em Tempos de COVID-19**. 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/dicas-profissionais-do-sexo-antra.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

BANUTH, Raquel de Freitas; BARBOSA-FERREIRA, Francirosy Campos. **Entre o Dinheiro e o Prazer Sexual: uma análise antropológica sobre sexualidade e afeto em uma casa de prostituição em ribeirão preto**. Ribeirão Preto: Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo, 2015. 14 p.

BELLADONA, Judith. **Prostituzione: voci di donne sul corpo e sul denaro**. [S. L.]: Savelli, 1979. 157 p.

BERARDI, Franco Bifo. **Crônica da Psicodetração**. [S.L.]: N-1 Edições, 2020. Disponível em: <https://medium.com/@garcez.joaop/franco-bifo-berardi-crônica-da-psicodetração-ae05e0565eb5>. Acesso em: 23 out. 2020.

BINDEL, Julie et al. **Breaking down the barriers: a study of how women exit prostitution**. Londres: London South Bank University, 2012. 19 p. Disponível em: <http://i4.cmsfiles.com/eaves/2012/11/Breaking-down-the-barriers-a37d80.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2020.

BLANCHETTE, Thaddeus Gregory; MURRAY, Laura; RUVOLO, Julie. **Sobre Futebol e Pânico Morais: prostituição no Rio de Janeiro durante a Copa do Mundo 2014**. Rio de Janeiro: Observatório da Prostituição. Le Metro, UFRJ, 2014. 22 p.

BONOMI, Carolina. **Prostituta também é mulher!:** tensões, disputas e articulações entre os feminismos e o putafeminismo sobre a regulamentação da prostituição. [S. L.]: 43º Encontro Anual da Anpocs, Spg 14 - Gênero, Feminismos e Políticas, 2019. 69 p. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/spg-6/spg14-6/11941-prostituta-tambem-e-mulher-tensoes-disputas-e-articulacoes-entre-os-feminismos-e-o-putafeminismo-sobre-a-regulamentacao-da-prostituicao/file>. Acesso em: 03 out. 2020.

BRASIL. **CBO 5198-05**. Profissional do sexo. Brasil: CBO – Classificação Brasileira de Ocupação, 2002. Disponível em: <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/519805-profissional-do-sexo>. Acesso em: 03 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.** Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente. Brasil: Congresso Nacional, 1940. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10609710/artigo-229-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>. Acesso em: 03 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº11.340, de 07 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasil: Congresso Nacional, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 03 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humano (org.). **Já sabe o que fazer para se proteger do novo coronavírus?** 2020. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2020/04/Cartilha_LGBT_coronavirus-.pdf. Acesso em: 23 out. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei Altera Decreto-Lei Nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.** Inclui o artigo 230-A no Código Penal Brasileiro, a fim de penalizar o cliente que contratar, por qualquer meio, pessoa a fim de comercializar o seu próprio corpo para prática de sexo ou afins. Brasil: Congresso Nacional, [S.N.]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=07E752F0D2F9D7F73E072EC5D96A2AE4.proposicoesWebExterno1?codteor=1490975&filena me=PL+6127/2016. Acesso em: 03 out. 2020.

BROWN, Judith; JONES, Beverly. **Toward a Female Liberation Movement.** Boston: New England Free Press, 1968. Disponível em: <https://rozsixties.unl.edu/items/show/686>. Acesso em: 05 out. 2020.

CARRARA, Sérgio. **Tributo a vênus:** a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996. 339 p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/q6qbq/pdf/carrara-9788575412817.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede:** a era da informação: economia, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 698 p. Disponível em: <https://globalizacaoeintegracaoaregionalufabc.files.wordpress.com/2014/10/castells-m-a-sociedade-em-rede.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

CAVALCANTI, Céu Silva. **Políticas, Polícias e Medidas de Saúde Pública de Enfrentamento ao COVID-19 em Contextos de Prostituição Hiperprecarizada.** Rio de Janeiro: Metaxy, 2020. 4 p.

CEZAR, Flavia Lenz; ANDRADE, Ana Beatriz Pereira de; AQUINO, Henrique Perazzi de. **Beijo da rua, um jornal com a voz das prostitutas.** [S. L.]: 7Th Cidi (7Th Information Design International Conference), 2015. Disponível em: http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/designproceedings/cidi2015/cidi_50.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

CHIOVATTO, Ana Carolina Lazzari; MAGRI, Dirceu. **Imagens da Prostituição.** [S. L.]: Non Plus, 2018.

DAVIDA. **Davida – Prostituição, Direitos Civis, Saúde**. 2009. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/davida-prostituicao-direitos-civis>

DAVIDA. Grupo Davida. **Prostitutas, "traficadas" e pânico morais**: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o "tráfico de seres humanos". Campinas: Cadernos Pagu, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200007&lng=en. Acesso em: 13 out. 2020.

DENARDI, Adriano Francisco. **Poder e (Des)Ordem**: preliminares de uma outra história - prostituição e o mercado do sexo em Joinville (1990 - 2010). Florianópolis, SC: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2011. 136 p. Disponível em: <http://www.tede.udesc.br/bitstream/tede/2617/1/adriano.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.

DICIO (org.). **Pandemia**. 2020. Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pandemia/>. Acesso em: 23 out. 2020.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840 : 1890). São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. 149 p. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/401344839/Meretrizes-e-Doutores-Magali-Engel>. Acesso em: 21 ago. 2020.

FERNANDES, Daniela. **Mais de 40 milhões se prostituem no mundo, diz estudo**. De Paris: BBC Brasil, 2012. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/01/120118_prostituicao_df_is. Acesso em: 19 set. 2019.

FERNANDES, Fernanda Surubi; SOUZA, Olímpia Maluf. **De Puta às Profissionais do Sexo**: uma memória da língua. Araguaína/TO: Entreletras, 2013. 14 p.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual**: retomando uma proposta, um desafio. 3. ed. Londrina: Editora Eduel, 2011. 260 p.

FIRESTONE, Shulamith. **A Dialética do Sexo**: razões para a revolução feminista. [S. L.]: Editorial Labor do Brasil, 1976. 275 p.

FOLHA DE S. PAULO (São Paulo) (org.). **Prostitutas vão de desconto a kit higiene para trabalhar na pandemia**. 2020. Escrito por Anna Virginia Balloussier. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/prostitutas-vao-de-desconto-a-kit-higiene-para-trabalhar-na-pandemia.shtml>. Acesso em: 23 out. 2020.

FONSECA, Claudia. **A Dupla Carreira da Mulher Prostituta**. [S. L.]: Anpocs, 1996. 28 p.

GREENE, Jody M.; ENNETT, Susan T; RINGWALT, Christopher L. **Prevalence and Correlates of Survival Sex Among Runaway and Homeless Youth**. [S. L.]: American Journal of Public Health, 1999. 1409 p. Disponível em: <https://ajph.aphapublications.org/doi/pdf/10.2105/AJPH.89.9.1406>. Acesso em: 09 out. 2019.

GUIMARÃES, Frederico Sidney. **"Zona" Organizada**: a memória do caminho para a cidadania social e trabalhista. [S. L.]: Associação Nacional de História - Anpuh, 2007. 9 p. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210564_a33162ed20a1b074d1467007e053b7af.pdf. Acesso em: 01 out. 2020.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 196 p.

MANAIA, Renan Saab Rodrigues. **Os Poderes sobre a Prostituição**: observações sobre o objeto. [S. L.]: V International Congress Of History, 2011. 10 p. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/364.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MARTÍN, María. (Rio de Janeiro). **Regulamentação da prostituição confronta prostitutas e feministas radicais**. Rio de Janeiro: El País, 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/28/politica/1469735633_689399.html. Acesso em: 20 set. 2019.

MARTINS, Renato. **Dia Internacional da Prostituta**: de olho em Lyon, onde tudo começou. [S. L.]: Mundoinvisível.Org, 2015. Disponível em: <https://mundoinvisivel.org/dia-internacional-da-prostituta-de-olho-em-lyon-onde-tudo-comecou/>. Acesso em: 03 out. 2020.

MATOS, Maria Izilda Santos de; MORAES, Mirtes. **Imagens e ações**: gênero e família nas campanhas médicas (São Paulo: 1890-1940). Uberlândia: ArtCultura, 2007. 16 p.

MEIHY, José Carlos Sebe B.. **Prostituição à Brasileira**: cinco histórias. São Paulo: Editora Contexto, 2015. 259 p.

MOTA, Karine Alves Gonçalves. **Intervenção do estado como agente regulador e fiscalizador da atividade econômica**: prostituição. [S. L.]: Unimar/direito, 2008. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=121524. Acesso em: 03 out. 2020.

NOGUEIRA, Renzo Magno. **A evolução da sociedade patriarcal e sua influência sobre a identidade feminina e a violência de gênero**. [S. L.]: Revista Jus Navigandi, 2016. 21 p. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/48718/a-evolucao-da-sociedade-patriarcal-e-sua-influencia-sobre-a-identidade-feminina-e-a-violencia-de-genero>. Acesso em: 07 ago. 2020.

NUNES, Eliane Lima Guerra; ANDRADE, Arthur Guerra de. **Adolescentes em situação de rua**: prostituição, drogas e HIV/Aids em Santo André, Brasil. Santo André: Faculdade de Medicina do Abc, Santo André, Brasil, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000100006. Acesso em: 25 out. 2019.

NUSSBAUM, Martha C. **Pela Razão ou Preconceito**: ganhar dinheiro com o uso do corpo. Porto Alegre: Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, 2002. Disponível em: <http://themis.org.br/wp-content/uploads/2015/04/direitos-sexuais-1.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2020.

O GLOBO (org.). **A saga das garotas de programa em tempos de pandemia**. 2020. Escrito por Guilherme Scarpa. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/ela/a-saga-das-garotas-de-programa-em-tempos-de-pandemia-24376515>. Acesso em: 23 out. 2020.

OBSERVATÓRIO DA PROSTITUIÇÃO. **Carta de Princípios da RBP**. Rio de Janeiro: LeMetro/IFCS/UFRJ, [20]. Disponível em: <https://observatoriodaprostituicao.wordpress.com/carta-de-principios-da-rbp/>. Acesso em: 05 out. 2020.

PASINI, Elisiane. **Prostituição e a Liberdade do Corpo**. [S. L.]: Clam, 2005. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/Elisiane.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.

PASSARELLA, Beatriz; FERRI, Isabella; CALDAS, Manoela; CREMASCO, Naiara. **Avanço no conservadorismo preocupa organizações de prostitutas**. 2018. Disponível em: <https://projetcollabora.com.br/ods8/avanco-do-conservadorismo-preocupa-organizacoes-de-prostitutas/>. Acesso em: 03 out. 2020.

PAURA, Rômulo Rafael Ribeiro. **SEVCENKO, Nicolau. Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2008. 5 p. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/28162648/sevcenko-nicolau-literatura-como-missao-romulo-paura-pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

PENTEADO, Jacob. **Belenzinho 1910: retratos de uma época**. [S. L.]: Narrativa Um, 2003. 296 p.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Mídia, segurança pública e representações sociais**. São Paulo: Tempo Social, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702009000200010. Acesso em: 14 out. 2020.

POZZER, Katia Maria Paim. **Cidades Mesopotâmicas: história e representações**. Porto Alegre: Anos 90, 2003.

QG FEMINISTA. **O que há de errado com a prostituição?: e o porquê prostituição é estupro pago**. [S. L.]: QG Feminista, 2018. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/quais-os-problemas-da-prostituicao-8b0a56780d55>. Acesso em: 07 set. 2019.

QUALLS-CORBETT, Nancy. **The Sacred Prostitute: eternal aspect of the feminine**. Toronto, Canada: Inner City Books, 1988. 169 p. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=rTfBtcdjbuoC&pg=PA3&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=2#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 26 ago. 2020.

QUEIROZ, Nana. **A prostituição deveria ser ilegal ou regulamentada?: talvez nenhum dos dois**. [S. L.]: Instituto AzMina, 2017. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/a-prostituicao-deveria-ser-ilegal-ou-regulamentada-talvez-nenhum-dos-dois/>. Acesso em: 03 out. 2020.

QUEIROZ, Nana. Revista AzMina. **Por que os homens pagam por sexo?** [S. L.]: Revista AzMina, 2017. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/por-que-os-homens-pagam-por-sexo/>. Acesso em: 16 set. 2019.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. 355 p.

RAGO, Luzia Margareth. **Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 - 1930)**. Campinas: Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1991.

RAYMOND, Janice. **Não à Legalização da Prostituição: 10 razões para a prostituição não ser legalizada**. [S. L.]: Coligação Contra O Tráfico Internacional de Mulheres, 2003. 07 p. Disponível em: <https://www.mdm.org.pt/wp-content/uploads/2017/11/NÃO-À-LEGALIZAÇÃO-DA-PROSTITUIÇÃO-10-razões.pdf>. Acesso em: 03 out. 2020.

REBOLHO, Ana Claudia Figueiredo. **Nas avenidas da libido, prostituição em São Carlos: história oral temática de prostitutas são-carlenses**. São Carlos: Unicep, 2007.

REBOLHO, Ana Claudia Figueiredo; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **História da Prostituição da Antiguidade aos dias atuais**. Araraquara: Padu Aragon, 2018. 231 p. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/lista/79381374-tcc/arquivo/59318939-livro-historia-da-prostituicao-v-5-2>. Acesso em: 20 jun. 2020.

REIF, Laura. **Radical, liberal, interseccional...: conheças as principais vertentes do feminismo**. [S. L.]: Instituto AzMina, 2019. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/radical-liberal-interseccional-conhec-as-principais-vertentes-do-feminismo/>. Acesso em: 05 out. 2020.

RIBEIRO, Karine de Medeiros. **Perigos e Prazeres: discursos sobre a prostituição na literatura oitocentista do rio de janeiro**. Campinas: Unicamp (Universidade Estadual de Campinas Instituto de Estudos da Linguagem), 2016. 112 p. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/305678/1/Ribeiro_KarinedeMedeiros_M.pdf. Acesso em: 12 set. 2020.

RIBEIRO, Raiana. **Tráfico de pessoas na imprensa brasileira**. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC. Secretaria Nacional de Justiça, 2014. Disponível em: http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/06/traficodepessoas_imprensa_reporterbrasil.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.

RICCARDI, Daniele Ligabue. **A Relação Entre Prostituição e Polícia na Perspectiva da Mídia: na análise a partir do Correio Braziliense**. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2017. 69 p. Disponível em: https://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/23676/1/2017_DanieleLigabueRiccardi_tcc.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.

RISSIO, Isabela Pesce Storolli. **A Prostituição no Brasil: trabalho, silêncio e marginalização**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011. 56 p. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31569/1534%20ISABELA%20PES>

CE%20STOROLLI%20RISSIO.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 out. 2020.

ROBERTS, Nickie. **As Prostitutas na História**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1998. 430p.

RODRIGUES, Leina Peres. **Não quero que gostem de mim, mas exijo que me respeitem**: a prostituta cidadã, os significados e as ambiguidades na relação com o ministério da saúde. Porto Alegre/RS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), 2014. 113 p. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/4727/1/458200.pdf>. Acesso em: 03 out. 2020.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. **A prostituição no Brasil contemporâneo**: um trabalho como outro qualquer?. Brasília: Universidade de Brasília (UNB), 2009.

ROMFELD, Victor Sugamoto. **Prostituição Brasileira e COVID-19**: a difícil "vida fácil" das prostitutas em tempos de pandemia. [S. L.]: Editora Even3 Publicações, 2020. 13 p.

RUBIN, Gayle. **Pensando o Sexo**: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. [S. L.]: Repositório Institucional da UFSC, 2012. 54 p. Tradução de: Felipe Bruno Martins Fernandes. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 out. 2020.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira república. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003. 420 p.

SILVA, Ana Paula. **30 anos da Rede Brasileira de Prostitutas**. [S. L.]: Sexuality Policy Watch, 2017. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/7770-2/7770>. Acesso em: 03 out. 2020.

SILVA, Ana Paula da; BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. **Amor Um Real Por Minuto**: a prostituição como atividade econômica no Brasil urbano. [S. L.]: Diálogo Latino-Americano Sobre Sexualidade e Geopolítica, 2008. Colaboradores: Professor Dr. Felix Garcia e Monique Abreu. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/sexualidade-e-economia-thaddeus-blanchette-e-ana-paula-da-silva.pdf>. Acesso em: 03 out. 2019.

SILVA, Carmen. **Sete verbos para se conjugar o morar**. [S.L.]: N-1 Edições1, 2020.

SILVA, Cyntia Cristina de Carvalho e. **Narrativas Sobre a Prostituição Feminina na W3 Norte**: construindo um dispositivo. Brasília: Universidade de Brasília, 2016. 199 p. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22494/1/2016_CyntiaCristinadeCarvalhoSilva.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.

SILVA, Késia Aparecida Teixeira; BORGES, Guilherme de Freitas; MAFRA, Flávia Luciana Naves; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. **Ser Prostituta**: o sentido do

trabalho moralmente inaceitável. Recife: Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, 2013.

SILVA, Késia Aparecida Teixeira; SILVA, Isabel Cristina da; MAFRA, Flávia Luciana Naves. **Trabalho, Gênero e Prostituição**: reflexões sobre as dimensões obscuras do trabalho de mulheres prostitutas. Brasília: IV Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, 2013. 16 p. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnGPR191.pdf>. Acesso em: 03 out. 2019.

TAPIOCA NETO, Renato Drummond. **A "Rainha do Lar" e a "Mulher da Vida"**: a construção das imagens femininas em José de Alencar. Ilhéus: Litterata, 2018. 21 p.

UOL (São Paulo) (org.). **Damares contraria Bolsonaro e sugere home office a profissionais do sexo**. 2020. Escrito por Mariana Gonzalez. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/04/01/damares-lanca-cartilha-de-combate-a-covid-19-para-pessoas-lgbt.htm>. Acesso em: 23 out. 2020.

VALLE, Leonardo Dalla. **Daspu e a Redefinição da Representação Social da Prostituta nos Meios de Comunicação de Massa do Brasil**. Bauru: Universidade Estadual Paulista, 2010. 159 p.

VRISSIMTZIS, Nikos. **Amor, Sexo e Casamento na Grécia Antiga**. São Paulo: Editora Odysseus, 2002. Tradução: Luiz Alberto Machado Cabral.

WALKOWITZ, Judith. **Prostitution and Victorian Society: woman, class and the state**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=3wbfmH9L9qoC&pg=PR3&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 02 out. 2020.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **A Vindication of the Rights of Woman: with strictures on political and moral subjects**. [S. L.]: [S.N.], 1792. 207 p. Disponível em: <http://pinkmonkey.com/dl/library1/vindicat.pdf>. Acesso em: 03 out. 2020.